



**LETRAMENTO
RACIAL
LIVRO ACESSÍVEL 2**



Olá, cursista! Neste tópico, vamos abordar a história do racismo no Brasil, buscando refletir sobre como o racismo se constituiu e está enraizado em nossa sociedade. É uma reflexão necessária para que possamos superar essa mazela que assola nosso país e o mundo. Há um ditado lorubá que diz “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”. Nesse sentido, é fundamental reconhecermos a urgência de revisitar o passado e confrontar o racismo de uma vez por todas. Precisamos jogar essa pedra e derrubar as estruturas racistas que persistem ainda hoje em nossa sociedade. Sigamos na luta?!

Livro 2 - Breve história do racismo no Brasil

2.1 O mito da democracia racial

2.2 Branquitude

2.3 Epistemicídio





Breve história do racismo no Brasil

2.1 O mito da democracia racial

Você consegue imaginar um país onde todas as pessoas têm as mesmas condições de oportunidade, todos vivem em perfeita harmonia, sem distinção de etnia, cor, sexo ou religião? Difícil, não é mesmo? Muitas pessoas acreditam que o Brasil vive assim, nessa Democracia Racial. No entanto, o Brasil é um país cujo racismo encontra-se enraizado na formação da nossa sociedade. Mas, então, de onde vem esse Mito da Democracia Racial? Vamos voltar um pouco no tempo para entendermos a origem desse pensamento.

Na década de 1830, intelectuais e políticos, em razão da recém-independência do Brasil, começaram a pensar sobre a formação e a consolidação do Estado Nacional Brasileiro e na possibilidade de criação de uma entidade que pudesse refletir sobre essa nova nação. A partir dessa proposta, foi criado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a função primordial de investigar e produzir relatórios científicos sobre as regiões e etnias do Brasil, objetivando melhor conhecer a sociedade brasileira e produzir uma identidade sociocultural e política do país. De acordo com o Artigo 1º de seu Estatuto, o IHGB teria sido criado para “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil...”, estendido, atualmente, para outras áreas das Ciências Sociais (IHGB, 1838). Para o registro e divulgação desses documentos, foi fundada, em 1839, a Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Fernandes, [s.d]).

Uma das ações do Instituto foi a promoção do concurso “Como escrever a história do Brasil”, aberto a todos os intelectuais que se disponibilizassem a elaborar esse manual. O objetivo desse manual era orientar a produção de uma identidade brasileira por meio de recursos historiográficos que fizessem uma espécie de radiografia do Brasil em diferentes aspectos: geográficos, econômicos, sociais, entre outros, que fossem capazes de fazer entender as peculiaridades do país.

O concurso foi vencido pelo pesquisador e viajante alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius. Nasce, então, com esse pesquisador, um modelo de produção historiográfica para a história do Brasil. Nesse manual, Martius, influenciado pela ideia de que a nova Nação tinha a missão de dar continuidade ao processo civilizatório da colonização portuguesa, apresentava os brancos portugueses como superiores, poderosos e essenciais para dar garantias e condições de desenvolvimento ao país. Por outro lado, ele destaca que “seria um grande erro para todos os princípios da historiografia pragmática se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população” (Martius, 1845, p. 382)

O artigo de Martius, ao reconhecer a importância das três raças, “a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana e, enfim, a preta ou etíope” (Martius, 1845, p. 390), como fator histórico na constituição da sociedade brasileira e da identidade nacional, destacando a convivência relativamente harmoniosa entre essas três raças, direciona uma linha de interpretação do Brasil que irá tomar força ao longo das produções da história como um país essencialmente mestiço e harmônico. Essa ideia de país mestiço foi vista por alguns intelectuais como positiva, mas por muitos outros, entre intelectuais, cientistas e políticos, como um dificultador para o avanço do Brasil.

Em 1872, foi realizado o primeiro e único censo de abrangência nacional no período imperial e escravista, o qual recebeu o nome de Recenseamento da População do Império do Brasil. Para tal registro, as paróquias de todo o país enviaram às casas da região formulários de papel que deveriam ser preenchidos pelos chefes de família e depois devolvidos, para a tabulação das informações. Pela contagem feita, havia no território nacional 1,5 milhão de escravizados (15% dos habitantes), entre africanos e brasileiros. Do total da população, 58% foram declarados pretos ou pardos, 38% apareceram como brancos e 4% foram descritos como indígenas. Observe a imagem do 1º Censo demográfico do Brasil (WESTIN, 2022).



O Brasil de 1872

O Império tinha quase 10 milhões de habitantes, de acordo com o primeiro Censo nacional

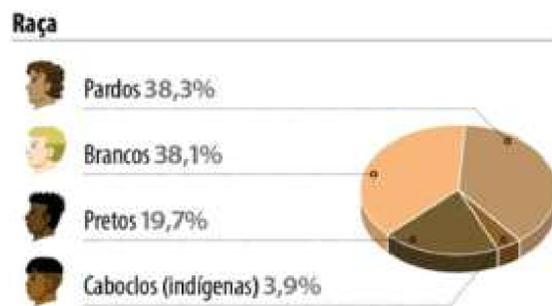


Imagem adaptada, WESTIN, 2022.

A imagem apresenta os resultados do primeiro censo nacional do Brasil, realizado em 1872, durante o período imperial. Ela destaca duas informações principais sobre a população brasileira da época:

Condição:

Livres: 84,8% da população era composta por pessoas livres.

Escravizados: 15,2% da população era composta por pessoas escravizadas.

Raça:

Pardos: 38,3% da população era parda.

Branco: 38,1% da população era branca.

Pretos: 19,7% da população era preta.

Caboclos (indígenas): 3,9% da população era indígena.

A imagem utiliza gráficos de pizza para representar visualmente a distribuição da população em cada categoria, facilitando a compreensão das proporções de cada grupo.

A partir dessa tabulação, houve uma grande movimentação entre os intelectuais e políticos que viam nessa maioria de negros e indígenas no país um problema para a formação do Estado Nacional. Uma década depois da realização desse censo, surgia na Europa uma teoria que agradaria boa parte da elite brasileira: a eugenia, (do grego eu-, 'bem', 'bom', e -genéia, 'evolução', 'origem', 'raça') que significa "boa linhagem"(SANTOS, 2022), surgiu para validar a ideia da hierarquia e segregação racial, e seu criador foi o inglês e antropólogo Francis Galton.

Inspirado pela teoria da seleção natural, criada por Charles Darwin, seu primo, Galton acreditava que poderia ser aplicada também para os seres humanos. A ideia era provar que a capacidade intelectual era hereditária, buscando, assim, excluir negros, indígenas, imigrantes asiáticos, pessoas com deficiência. Para isso, ele analisou a biografia e os traços físicos e comportamentais de várias famílias como cor do olho, feição, altura e demais aspectos fisiológicos.

Essa teoria eugenista foi rapidamente importada pelos pensadores brasileiros que viram nela a solução para o desenvolvimento do país. As pesquisas de Galton foram amplamente estudadas e aplicadas nos cursos de medicina do Brasil no início do século XX. Nessa época, crescia entre as elites brasileiras, a ideia de que as epidemias do país eram culpa dos negros recém-libertos e, portanto, a preocupação com a saúde da população trazia em si a ideia da eugenia, que se tornaria também uma forma de "higienização" da sociedade brasileira (MACIEL, 1999).

Ainda nesse início do século XX, com a teoria eugenista tomando força, o médico e sanitarista Renato Kehl, considerado o pai da eugenia no Brasil, acreditava na superioridade do branco europeu e afirmava que a degeneração da sociedade brasileira estava no processo de mestiçagem. Para resolver esse problema, ele defendia a ideia do branqueamento da população.

Uma das ações para embranquecer o país, foi o incentivo à imigração europeia. Esse processo já havia sido iniciado no final do século XIX, mas foi intensificado com a chegada da teoria eugenista. Outras ações foram propostas pelo médico Renato Kehl, entre elas estavam a esterilização em massa dos "anormais e criminosos"; a segregação dos deficientes; o controle dos casamentos, incentivados entre os considerados aptos e desestimulados aos considerados inferiores; além de testes mentais entre as crianças. (MACIEL, 1999).

Enquanto a teoria eugenista crescia no Brasil, acontecia, na Inglaterra, o 1º Congresso Universal de Raças, realizado em Londres, entre os dias 26 e 29 de julho de 1911. Ao longo de quatro dias, o congresso atraiu uma audiência de mais de duas mil pessoas, entre elas, mais de uma centena de autoridades públicas, presidentes de parlamentos e representantes de Estado de diferentes nacionalidades (SOUZA e SANTOS, 2012).

O objetivo do congresso, em tese, era debater sobre a possibilidade de pacificação das diversas nações. Essa proposta surgiu durante a Segunda Conferência de Haia, realizada em 1907. Na verdade, o que preocupava as autoridades presentes, segundo Souza e Santos (2012, p. 745), eram os constantes conflitos raciais que ameaçavam a desintegração do sistema colonialista europeu em países africanos e asiáticos.

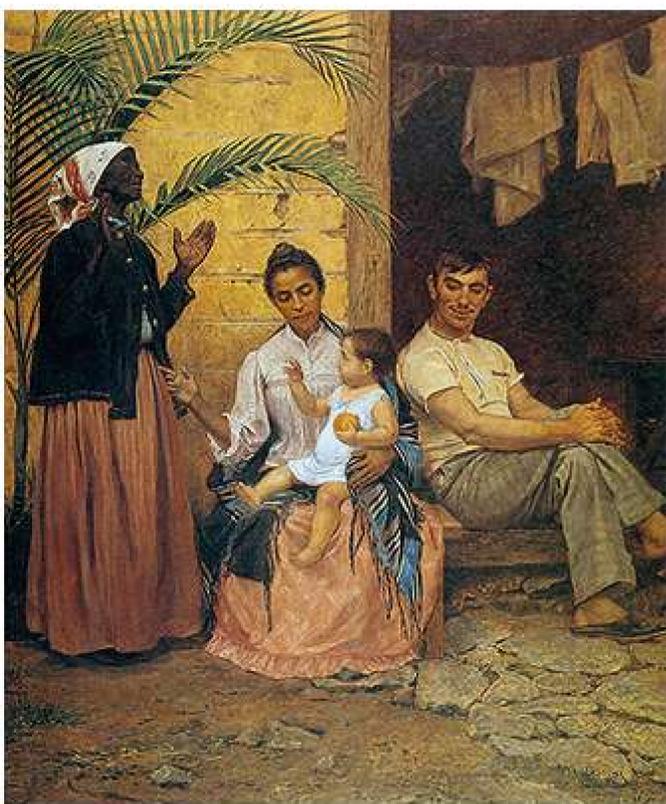
Os médicos e antropólogos João Baptista Lacerda e Edgard Roquette Pinto foram os representantes do Brasil neste evento. O Dr. Lacerda foi quem fez a apresentação da palestra e destacou a situação do mestiço e o processo de branqueamento no Brasil, afirmando que a miscigenação entre brancos e negros era vista como algo natural e não havia segregação no país. Ainda, segundo Lacerda, o "intercurso sexual" entre os brancos portugueses e as mulheres escravizadas ocorria desde o início do processo de escravização e o "cruzamento" entre essas raças não teria, ao contrário do que alguns afirmavam, gerado mestiços inferiores. Ele defendia que muitos mestiços eram:



“intensamente inteligentes” e teriam “disposição para as letras, para a ciência e para a política”. Muitos deles teriam, inclusive, gerado descendentes que se tornaram proeminentes políticos, poetas, pintores, escultores, músicos, advogados, médicos e engenheiros, com reconhecido domínio técnico e habilidade profissional (Lacerda *apud* Souza e Santos, 2012, p. 754).

Para fechar sua apresentação, João Baptista Lacerda lança sua tese defendendo que o processo de miscigenação resultaria, ao longo de menos de um século, no desaparecimento de negros e mestiços, tornando possível o branqueamento da população brasileira. Ele sustentava sua tese com três argumentos: a predisposição de união entre mulatas [sic] e brancos, tendendo a prevalecer as características da raça branca; a imigração europeia; e o abandono que os negros estavam sendo forçados a enfrentar desde a abolição da escravidão (Souza e Santos, 2012). O médico fecha sua apresentação destacando que o Brasil caminhava para ser “um dos principais centros da civilização do mundo” (Souza e Santos, 2012). A palestra do médico brasileiro e sua propaganda sobre o Brasil como um país com grandes possibilidades de crescimento e sem conflitos raciais repercutiram em grande parte dos veículos de imprensa da época.

Logo depois do evento, Lacerda também escreveu um texto em francês sobre o congresso em Londres, expondo sua tese de branqueamento. Junto com seu texto, Lacerda apresenta uma tela produzida pelo pintor e eugenista espanhol Modesto Brocos y Gómez, radicado no Brasil desde 1890. A tela, intitulada “A Redenção de Cam”, veio acompanhada de uma legenda escrita pelo médico Lacerda na qual dizia: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças” (Lacerda, *Apud* Souza e Santos, 2012, p. 754). A obra do pintor espanhol era a representação plástica da teoria de Lacerda para o embranquecimento da população brasileira. Na tela, observa-se uma senhora negra, descalça, pisando um chão de terra, com as mãos e os olhos voltados para o céu, ao lado de uma mulher de pele mais clara, possivelmente sua filha, com uma criança branca no colo, sendo observada com expressão de orgulho e superioridade pelo homem branco, calçado, pisando um chão de pedras, provavelmente o pai da criança. A pintura, associada ao seu título, possibilita a leitura de que o homem branco representaria, então, o instrumento de salvação da senhora negra ao embranquecer seus descendentes.



Uma pintura que representa quatro pessoas em frente a uma casa muito simples. São elas: uma senhora negra de pé, com as mãos levantadas para o céu em sentido de oração, uma jovem mulher parda, sentada num banco de madeira com um bebê branco no colo e um jovem homem branco sentado na soleira da porta.

"A Redenção de Cam" (1895), de Modesto Brocos.
Reprodução fotográfica César Barreto. In: Enciclopédia Itaú Cultural.



Mulata/o: Segundo *Dicionário de Expressões (anti) racista*, produzido pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em 2021, a palavra “mulato/a”, na língua espanhola, se referia ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta.

Segundo o dicionário Houaiss, o termo que define o animal mestiço é considerado, atualmente, uma descrição pejorativa para caracterizar pessoas que descendem da mistura entre brancos e negros.

Há, porém, uma outra teoria acerca da origem da palavra, sugerindo que mulato seria uma deturpação do termo árabe *Muwallad* (mualad, mulad) para definir a origem étnica mista do árabe com o ‘não árabe’, ou seja, uma pessoa de ascendência mista. Essa expressão teria sido incorporada pelas línguas portuguesa e espanhola (quando essa região, denominada, à época, península ibérica, era dominada pelos árabes mulçumanos) e passado a descrever pessoas de origem mista, como explicou Forbes no seu livro *Africans and Native Americans*.

Devemos considerar, no entanto, que, independente de sua origem, a palavra foi ressignificada e é usada com finalidade racista, seja para diferenciar negros pelo tom da cor da pele, seja para erotificar ou objetificar mulheres negras.

Para saber mais, acesse:

BAHIA. Defensoria Pública do Estado. **Dicionário de expressões (anti) racistas:** e como eliminar as microagressões do cotidiano. Coordenação dos Direitos Humanos - 1ª ed. - Salvador: ESDEP, 2021. 30p.: il. Disponível em <https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2021/11/sanitize_191121-071539.pdf>

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: 10 expressões do português que geram controvérsia sobre racismo. **BBC NEWS Brasil**. Publicado em 21 de novembro de 2021 e atualizado em 25 de novembro de 2021. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-59366676>>

FORBES, Jack D. **Africans and Native Americans:** The Language of Race and the Evolution of Red-Black - 2ª ed. - New York, 1993, 352p. Disponível em <https://books.google.com.br/books?redir_esc=y&hl=pt-BR&id=6aLAeB5QiHAC&q=mulato#v=onepage&q=coxas&f=false>

MUNIZ, Flávio. **A origem da palavra ‘Mulata’**. Youtube, 24 de março de 2024. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=ZDs0IEL3qU8>>

RIBEIRO, Débora. **Dicionário online de português**. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/mulato/>>

Uma breve explicação sobre o título da tela

Ao escolher o título “A Redenção de Cam”, o pintor Modesto Brocos y Gómes faz referência a uma passagem bíblica, do livro de Gênesis 9: 18-29. No texto bíblico, Noé, após sair da Arca com sua esposa e seus três filhos (Sem, Jafé e Cam) e seu neto (Canaã, filho de Cam), torna-se um lavrador e planta um vinhedo. Certa vez, Noé, “bebendo do vinho, embriagou-se e achou-se nu dentro da sua tenda”, Cam viu a nudez de seu pai, e contou a seus dois irmãos que estavam fora. Sem e Jafé, com os rostos virados, cobrem a nudez de seu pai com uma capa. No dia seguinte, quando acordou, Noé ficou muito bravo e desapontado ao descobrir que seu filho tinha visto sua nudez. Ele resolveu, então, amaldiçoar Canaã, filho de Cam, tornando seu neto um servo. “Maldito seja Canaã, servo dos servos será de seus irmãos”, disse o patriarca.

Essa passagem bíblica, embora não faça referência à cor da pele de Canaã, nem à raça, tampouco à África, foi amplamente difundida pelo cristianismo europeu, no contexto da expansão marítima, para tentar justificar a escravização dos povos africanos. Nessa perspectiva, os negros eram os descendentes de Cam e de seu filho Canaã e eram, portanto, povos amaldiçoados e destinados à escravidão. Em 1575, no Peru, o missionário espanhol Francisco de La Cruz, Reitor da Universidade de San Marcos, registra em seus documentos a seguinte passagem: “Os negros são justamente cativos pela justa sentença de Deus pelos pecados de seus pais, e que em sinal disso Deus manda essa cor” (Cruz, 1575, apud, Muniz, 2023).

O filósofo, escritor e líder indígena Ailton Krenak, questionando a ideia de humanidade que, segundo ele, é uma justificativa para o uso da violência em vários momentos da história, afirma em seu livro, Ideias para adiar o fim do mundo, que

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível (krenak, 2020, p. 11).

Para os cristãos, os negros eram os descendentes de Cam e de seu filho Canaã e eram, portanto, povos amaldiçoados e destinados à escravidão. Em 1575, no Peru, o missionário espanhol Francisco de La Cruz, Reitor da Universidade de San Marcos, registra em seus documentos a seguinte passagem: “Os negros são justamente cativos pela justa sentença de Deus pelos pecados de seus pais, e que em sinal disso Deus manda essa cor”.

Para saber mais sobre a história da Maldição de Cam e sua relação com o processo de escravização sugerimos que assista ao vídeo "Houve uma maldição sobre africanos negros?", do canal Caçador de Histórias, disponível na plataforma do Youtube pelo endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=ihJDOVQ7svs>

A perversidade na pintura de Modesto Brocos

Para a pesquisadora Tatiana Lotierzo, em sua dissertação de mestrado Contornos do (In)visível: Racismo e Estética na Pintura Brasileira, apresentada em 2013, o pintor espanhol explora a religiosidade na figura da avó e na própria disposição dos personagens na tela, representando a sagrada família cristã, para, sutilmente, imprimir a ideia da pureza da sociedade a partir da eliminação dos negros na constituição da sociedade brasileira.

Segundo Lotierzo (2013), Brocos sugere, de forma perversa, que as mulheres representadas na tela se voluntariam como agentes do embranquecimento de seus descendentes e estariam satisfeitas, agradecidas, celebrando a esperança de extinção de seu povo negro e, por consequência, a extinção da maldição de Deus sobre a linhagem de Cam, tendo como salvador o homem branco. Mais uma vez, portanto, a ideia da mestiçagem é vista como positiva e bem aceita, pois reforça a teoria do branqueamento e a crença na superioridade da raça branca.



É assim que eu quero o Brasil

O outro Brasil que vem aí

Eu ouço as vozes
eu vejo as cores
eu sinto os passos
de outro Brasil que vem aí
mais tropical
mais fraternal
mais brasileiro.

O mapa desse Brasil em vez das cores dos Estados
terá as cores das produções e dos trabalhos.
Os homens desse Brasil em vez das cores das três raças
terão as cores das profissões e das regiões.
As mulheres do Brasil em vez de cores boreais
terão as cores variamente tropicais.
Todo brasileiro poderá dizer: é assim que eu quero o Brasil,
Todo brasileiro e não apenas o bacharel ou o doutor
o preto, o pardo, o roxo e não apenas o branco e o semibranco.
Qualquer brasileiro poderá governar esse Brasil (...)

(FREYRE, 2004)

Gilberto Freyre, o antropólogo, sociólogo, escritor e político brasileiro que escreveu Casa-Grande e Senzala
Fonte da imagem: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/gilberto-freyre.htm>

No fragmento do poema, o sociólogo Gilberto Freyre, indo na contramão das teorias etnocêntricas e de branqueamento da época, declara sua esperança em um Brasil onde todos terão voz e vez na construção do país, independente da cor, do gênero, da profissão ou da classe social. O autor vislumbra um Brasil no qual, “as cores das três raças” não são motivo de inferiorização ou separação, mas de união em prol do desenvolvimento da nação. Esse poema serviu de epígrafe do seu livro Casa Grande & Senzala, antecipando sua perspectiva positiva acerca de um Brasil que vivia um contexto “pré-urbano-industrial”, como definiria o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FREYRE, 2004), pautado por uma estrutura social excludente, fruto do legado deixado pelo longo período de escravidão.

No entanto, não se pode perder de vista que Gilberto Freyre estudou e escreveu sobre a sociedade brasileira a partir do seu lugar de homem branco, pertencente a uma classe mais abastada, descendente dos primeiros senhores de engenho de açúcar no Brasil. Implica dizer, portanto, que sua obra não irá fugir da perspectiva de sua condição social privilegiada. Freyre compactua, por exemplo, com as relações de “superiores com os inferiores”, sem enxergar essa relação hierárquica como um problema, não vê a necessidade de superá-la, ao contrário, esse “antagonismo equilibrado”, assim como outros citados no livro (casa grande e senzala; senhor e escravizado) são vistos por ele como necessário para a manutenção da harmonia e como a grande potência na formação da cultura do país:

A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados (...) Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro.

(Freyre, 2004, p.376-377).





Gilberto de Mello Freyre nasceu em Recife, Pernambuco, em 1900 e faleceu também em Recife no ano de 1987. Sociólogo e antropólogo, Freyre foi um dos mais premiados intelectuais da história do país. Iniciou seus estudos de graduação, aos 18 anos, na Universidade de Baylor, Texas, e de pós-graduação na Universidade de Columbia, onde defendeu sua dissertação de mestrado com o título Vida social no Brasil nos meados do século XIX.

Em 1933, o escritor pernambucano publica aquele que se tornaria seu mais importante livro: Casa Grande & Senzala. Nesse período, na Era Vargas, a tentativa de construção de uma identidade nacional, que já rondava os espaços políticos e intelectuais desde a independência do Brasil, tornou-se ainda mais intensa, principalmente depois da Semana de Arte Moderna, em 1922. Definir o que é o Brasil, o que é ser brasileiro, permeava os debates e as literaturas regionalistas da época. É a década, também, da composição musical Aquarela do Brasil, de Ary Barroso, samba que viria exaltar as belezas brasileiras, ficando famosa quando incluída no filme Saludos Amigos, dos estúdios da Disney. É o período de Carmen Miranda, com suas frutas na cabeça, sucessos nas rádios e nos cinemas nacionais e internacionais, imprimindo, no exterior, a imagem de um Brasil exótico e alegre.

A obra Casa Grande & Senzala nasce nesse contexto e revoluciona os estudos sociais no Brasil tanto pela sua inovação na metodologia de pesquisa (comparando o cotidiano e arquitetura dos engenhos de cana e suas relações íntimas às organizações políticas, econômicas e sociais do país) quanto pela qualidade literária. Entre 1930 e 1932, o sociólogo mergulhou em profundas pesquisas e viagens, que chamou de “a aventura do exílio”. Foi para a Bahia estudar as coleções do Museu Afro-brasileiro Nina Rodrigues e a arte das quituteiras nas confecções de bolos, constatando que a culinária baiana trazia profundas ligações com as cozinhas das casas grandes. Depois viajou para a África e Portugal, iniciando, em Lisboa, seus estudos e pesquisas que resultariam, no livro Casa Grande & Senzala.

Freyre conta no prefácio do livro que, influenciado pelo seu orientador, o antropólogo Franz Boas, a quem conheceu durante seus estudos de mestrado em Portugal, começou a preocupar-se, mais intensamente, com os problemas e relações sociais, com a questão da miscigenação do Brasil e o reflexo desses na formação da identidade brasileira. Sobre isso, Freyre afirma que:

Foi no estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor - separados dos traços de raças os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (FREYRE, 2004, p.32).

No livro, o autor destaca que os europeus, desde que chegaram ao Brasil, e depois seus descendentes, sempre tiveram que relacionar-se com indígenas e africanos uma vez que: a escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravizados. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base (Freyre, 2004, p.33).

Sobre esse tema, sugerimos que assista ao filme brasileiro Desmundo, direção de Alain Fresnot, lançado em 2002. A história se passa no Brasil do século XVI, baseado no livro homônimo de Ana Miranda, o filme narra a história das órfãs portuguesas que, em 1570, foram enviadas ao Brasil para se casarem com os colonizadores. Sob o apoio da Igreja, o Estado português pretendia que os colonos tivessem casamentos “brancos e cristãos” reduzindo, assim, o nascimento de crianças mestiças oriundas das relações com mulheres indígenas e negras.

Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br/desmundo-o-brasil-do-sec-xvi/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues 





Para Freyre, essas relações acabavam se constituindo em convivências mais íntimas e duradouras, tornando as mulheres indígenas ou negras em caseiras, concubinas ou até em esposas legítimas dos homens brancos, seus senhores. Como resultado dessas relações, o sociólogo salienta que “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (Freyre, 2004, p. 367).

Freyre defende que essas relações e a conseqüente miscigenação fizeram com que as distâncias sociais e o forte antagonismo entre senhores e escravizados, entre a casa grande e a senzala fossem reduzidos de modo considerável. Ou seja, para o sociólogo, esse “intercurso sexual” entre o branco europeu e a mulher indígena ou negra, resultando nessa formação familiar miscigenada, foi um poderoso instrumento de “democratização social” no Brasil. Essa expressão [democracia social] foi utilizada pelo autor para referir-se a casos de acesso à propriedade das terras pelos filhos “mestiços”, quebrando, assim, a “força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos” (Freyre, 2004, p. 46). É notório que Freyre exagera ao chamar de “democratização” o acesso à terra, visto que este ainda é um dos grande problemas sociais a ser resolvido no Brasil.

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora (Freyre, 2004, p.70)

O livro vem retirar o estigma da miscigenação como algo prejudicial ao crescimento do país. O autor aponta que esse hibridismo cultural e étnico seria o fator positivo para a formação da identidade nacional. Essa imagem do Brasil apresentada por Freyre não foi muito bem aceita por parte da elite brasileira que via com preocupação a questão da mestiçagem. A Igreja Católica também fez críticas ao livro no que diz respeito à linguagem erótica utilizada pelo autor para descrever as relações sexuais entre os senhores e as mulheres negras ou indígenas.

Freyre, que havia passado um tempo estudando nos Estados Unidos, comparou as leis segregacionistas daquele país à forma como os portugueses conduziram o processo de escravização e abolição da escravatura e concluiu que os portugueses haviam sido muito menos agressivos durante esses processos. E o fato de não haver nenhuma lei explicitando a proibição de contato entre brancos e negros, ou a proibição de acesso a espaços públicos, indicava, para o sociólogo, a postura mais condescendente dos colonizadores.

A obra suaviza, portanto, o histórico de violência escravocrata do Brasil, ignorando o fato de que a miscigenação foi fruto, em grande parte, de estupros de mulheres negras e indígenas. O autor apresenta, como traço marcante da constituição social, a convivência harmoniosa e pacífica entre indígenas, brancos e negros, sem excluir o processo de hierarquização com a manutenção do status quo do branco europeu dominador-vencedor. Freyre desconsidera tanto a trajetória de lutas dos africanos e afrodescendentes contra a escravização quanto as guerras contra os povos indígenas que lutavam para garantir a permanência em suas terras.

Ainda que Gilberto Freyre tenha se posicionado criticamente ao governo de Getúlio Vargas, seu livro Casa Grande & Senzala vai ao encontro do projeto de nação pensado e proposto naquele contexto para tentar dirimir os conflitos entre as classes e etnias do país. E, embora o autor não tenha trazido essa denominação em seu livro, repercute, até hoje, como senso comum, a ideia de um país cuja estrutura social é pautada em uma democracia racial.

Brasil, o país do futuro

A expressão contida nesse subtítulo se tornou, ao longo dos anos, uma espécie de sobrenome do Brasil. Mas você sabe de onde vem essa expressão? E o que ela tem a ver com o tema deste tópico?

Essa expressão é o título do livro do escritor austríaco, de origem judaica, Stefan Zweig, publicado em 1941. Nessa época, Zweig já era um autor conhecido e respeitado mundialmente pela qualidade de suas obras literárias, como as biografias, novelas, romances e poemas, sendo um dos escritores mais traduzidos da Europa. Em 1936, Stefan Zweig, durante uma viagem à Argentina para participar de um congresso do P. E. N. Clube - agremiação internacional de escritores -, recebe um convite para visitar o Brasil com o objetivo de, também,





participar de um congresso aqui no país. Naquele período, a Europa vivia um contexto de muita polarização, de vários regimes autoritários sendo constituídos em diversos países. Aqui, o escritor foi recebido por autoridades, incluindo o próprio presidente da república, Getúlio Vargas, de maneira bastante calorosa, como um célebre hóspede oficial do governo. Essa recepção e as homenagens dirigidas a ele fizeram com que Zweig se apaixonasse pelo país e, mesmo tendo que partir, o autor prometeu que voltaria em breve.

E, em 1940, fugindo da brutal perseguição nazista que já se espalhava por sua terra natal, o austríaco retorna ao Brasil decidido a se instalar aqui, sendo-lhe concedido o visto de permanência das mãos do próprio presidente da república. O autor resolveu, então, viajar pelo Brasil para melhor conhecê-lo. Ele, que era um refugiado judeu, que se dizia pacifista e humanista, encontra em terras brasileiras a possibilidade de uma vida tranquila e sem perseguições, afirmando ter percebido aqui uma convivência pacífica e amistosa entre pessoas de diferentes origens e etnias e, fascinado com a exuberância das belezas naturais do país vê semelhança entre essas e a sociedade: “Mas em breve se reconhece que essa disposição harmônica da natureza aqui se transmitiu ao modo de vida de uma nação inteira” (Zweig, 2001, p. 24).

Essas viagens resultaram na publicação do livro *Brasil, o país do futuro*, título que virou uma espécie de epíteto do nome do país, expressão que, depois dessa obra, apareceria muitas vezes ainda em artigos, revistas, jornais e em outros livros. Zweig, encantado pelo Brasil, projeta no país um modelo de futuro no qual a “igualdade civil é absoluta” - o escritor havia encontrado o paraíso racial e declara em seu livro:

Aquilo que em outros países, apenas ficou estabelecido na teoria e no pergaminho – a igualdade civil absoluta na vida pública e na vida privada –, aqui existe visivelmente no espaço real: na escola, nas repartições, nas igrejas, nas profissões e no exército, nas universidades e nas cátedras. É comovente ver as crianças de todos os matizes da epiderme humana – chocolate, leite e café – voltando da escola abraçadas, e tal união física e espiritual atinge os níveis mais elevados, as academias e os cargos estatais.

(ZWEIG, 2001, p. 18-19)

Stefan Zweig, assim como fizera Gilberto Freyre, compara o Brasil a outros países e reconhece os antagonismos na sociedade brasileira e, tal como o escritor pernambucano, Zweig enxerga esses antagonismos “muitíssimo menos acentuados e não têm uma seta envenenada” (Zweig, 2001, 25). Para o austríaco, alguns estrangeiros que aqui chegam podem se sentir superiores por se considerarem “civilizados”, mas ele refuta esse sentimento, afirmando que o maior exemplo de superioridade de uma nação estaria em seu espírito pacífico e humanitário e isso, segundo ele, era latente no Brasil.

Zweig, que conhecia os sofrimentos da 1ª Guerra e se refugiou em razão da 2ª, via no Brasil um país digno da mais alta estima por odiar a guerra e quase não a conhecer; por saber conduzir de forma diplomática os conflitos com países vizinhos e as revoluções internas. O autor acreditava que a tolerância era algo intrínseco ao povo brasileiro, que segundo ele, não vivia perseguições de nenhum tipo, em especial no que tange às diferenças raciais. Ele também debruça-se sobre o período colonial no Brasil e as relações entre senhores e escravizados e, assim como o livro *Casa Grande & Senzala*, conclui que: “Em nenhum outro país os escravos [sic] foram tratados relativamente com mais humanidade” (Zweig, 2001, p. 28). Em outra passagem do livro, o escritor, descrevendo o cotidiano das ruas, destaca:

Quantas raças encontramos nas ruas: o senegalês negro de roupa rasgada e o europeu de terno bem-talhado, os índios [sic] com seu olhar grave e cabelos pretos e lisos, e, no meio disso, centenas e milhares de matizes, as mesclas de todos os povos e nações [...]. Tudo se mistura, e, com variedade das fisionomias, a rua se torna um quadro em constante mutação. Quanta arte, a de poder dissolver as tensões sem destruir os contrastes! De manter a diversidade sem querer ordená-la e organizá-la à força! (ZWEIG, 2006, p. 179)

Como se vê, as impressões do escritor e humanista austríaco muito se assemelhavam às de Gilberto Freyre, reforçando a ideia de harmonia entre brancos, negros e indígenas. Não podemos deixar de lado que a perspectiva dos registros sobre o país é de um autor estrangeiro, judeu, refugiado, pacifista, notoriamente decepcionado com os Estados Unidos, em razão das leis segregacionistas; com a Europa, de um modo geral, e com o seu país, de modo particular, por causa do avanço da Guerra. Zweig, a partir dessa ótica, conclui, então, seu texto introdutório do livro explicando a razão pela qual resolveu escrever sobre o Brasil e por que da escolha do título. Citando o governo de Getúlio Vargas, o autor declara:





E hoje, que o Governo é considerado como ditadura, há aqui mais liberdade e mais satisfação individual do que na maior parte dos nossos países europeus. Por isso na existência do Brasil, cuja vontade está dirigida unicamente para um desenvolvimento pacífico, repousa uma das nossas melhores esperanças de uma futura civilização e pacificação do nosso mundo devastado pelo ódio e pela loucura. Mas onde se acham em ação forças morais, é nosso dever fortalecermos essa vontade. Onde na nossa época de perturbação ainda vemos esperança de um futuro novo em novas zonas, é nosso dever indicarmos esse país, essas possibilidades. E por isso escrevi este livro (Zweig, 2001, p. 29).

A obra Brasil, o país do futuro gerou muitas controvérsias, foi muito bem recebida por parte da elite política brasileira da época, que soube tirar proveito do livro que viria a contribuir com a imagem positiva do Brasil dentro e, principalmente, fora do país. Por outro lado, muitos intelectuais de oposição ao governo de Getúlio Vargas fizeram duras críticas ao livro e ao autor, alegando que o escritor retratou o Brasil de forma ufanista e ignorando as reais condições pelas quais viviam o povo brasileiro. Esses críticos chegaram a insinuar que a obra havia sido uma encomenda do presidente da república, fato que Zweig negava fortemente.

O livro foi lançado em Nova York, em 1941, e, simultaneamente, em mais seis países de diferentes línguas, com edições em português, espanhol, francês, inglês, sueco e alemão, sendo considerado, naquela época, uma grande proeza do escritor e um grande fenômeno editorial. A obra foi um sucesso. Disseminava, portanto, em várias partes do mundo, mais uma vez, a propaganda de um Brasil onde a ausência de conflito era visível, onde a convivência entre as três raças era, na visão de Zweig, harmônica e pacífica. Vendia-se, mais uma vez, assim como foi com Casa Grande & Senzala, uma imagem internacional de um Brasil no qual estariam alicerçadas as estruturas da democracia racial.

Brasil como laboratório de civilização

Em 1949, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), com o intuito de organizar uma ampla campanha de combate ao racismo, em razão das dramáticas consequências do nazismo e das segregações raciais nos Estados Unidos e África do Sul, lança um programa de estudo sobre as questões das raças. Considerado por historiadores e antropólogos estrangeiros como "laboratório de civilização", o Brasil foi o país escolhido para a pesquisa sobre essas questões raciais. A escolha do Brasil se deu visto que a imagem de país exemplo de total ausência de ódio racial havia sido bastante difundida mundialmente tanto pelo livro de Gilberto Freyre quanto pelos escritos de Stefan Zweig.

O projeto inicial da Unesco previa pesquisas apenas na cidade de Salvador, na Bahia, por ser considerada a região mais "negra" do Brasil, porém, a partir dos debates entre vários cientistas sociais e historiadores, os estudos foram ampliados para as cidades do Rio de Janeiro, capital do país à época; São Paulo, pelo crescimento industrial; Recife, considerada a de maior relevância do Nordeste; e algumas comunidades rurais. Para cada região, havia um pesquisador responsável.

As pesquisas, em todas as regiões, apresentaram, de forma geral, resultados bastante parecidos no que se refere às desigualdades sociais e pontos de segregação local. Mas, foi a pesquisa na região de São Paulo, sob a coordenação dos sociólogos Roger Bastide, um francês, e Florestan Fernandes, um brasileiro, que trouxe a guinada na abordagem das relações raciais no Brasil, contrariando a narrativa, já arraigada no imaginário dos brasileiros e dos estrangeiros, de democracia racial no país, construída a partir das teorias de Karl Friedrich Philipp Von Martius, Gilberto Freyre e Stefan Zweig.

O diferencial da pesquisa sobre São Paulo fundamentou-se na metodologia utilizada, posto que os pesquisadores contaram com ampla colaboração de estudantes universitários, professores, associações culturais e líderes do movimento negro para o direcionamento e leitura das investigações, trazendo uma abordagem mais aprofundada sobre o preconceito e a discriminação racial e suas consequências para o projeto político do Brasil. Fizeram parte das análises de pesquisas negros, brancos, famílias tradicionais, imigrantes, comunidades rurais e vários setores, como a indústria, o comércio e os serviços.



O mito da democracia racial

Para o sociólogo francês, Roger Bastide, observadas todas as classes sociais e todos os setores, as manifestações do preconceito racial no Brasil não apareciam explicitamente, elas eram sufocadas e agiam do inconsciente, “um preconceito que nem sempre ousa dizer seu nome” (Soares; Braga e Costa., 2002, p.41). Havia, segundo Bastide, um constrangimento da elite brasileira em assumir esse preconceito, um cuidado para não macular a boa imagem de um país cuja tradição era a irreal democracia.

O preconceito e a discriminação racial, segundo o pesquisador Bastide, resultaram em dois efeitos sobre os negros, em especial aos mais pobres: o primeiro seria o conformismo, a aceitação desse sistema de inferiorização; o segundo efeito seria o de tentar agir, lutar contra essa situação de exclusão e por um espaço melhor na esfera social, apesar de também se conformar com a situação de inferioridade imposta a eles. Já os negros de classe média, tentam ironizar as zombarias, as rejeições. Quanto à revolta e a luta, ocorrem entre os negros intelectuais e líderes de movimentos sociais.

Embora Roger Bastide e Florestan Fernandes coordenassem a mesma pesquisa, são notórias algumas divergências quanto às análises dos resultados. O próprio Florestan Fernandes afirma que, ao contrário do colega francês, ele conhecia muito bem os cortiços de São Paulo por já ter vivido lá. Sua pesquisa partiu, portanto, de sua experiência pessoal dolorosa, segundo ele, levando-o a uma escrita cujo teor era de um inconformista permanente com as desigualdades do país.

Considerando as precárias condições que vivia (e ainda vive), em geral, a população negra, Fernandes constata a contradição do discurso sobre a questão racial e registra que a democracia racial brasileira, tão difundida, até então, era, na verdade, um mito. Entretanto, esse mito não trazia, na concepção do sociólogo, o sentido de uma narrativa fantasiosa ou falsa, mas o sentido de uma ideologia que expressava o pensamento da classe social dominante que acreditava (e acredita) nessa conduta como verdade, encontrando na força do movimento negro o antagonismo dessa visão mistificadora.

Para Fernandes, o fato de a Abolição não ter gerado nenhuma preocupação do Estado para a inclusão e a emancipação dos negros livres e libertos na sociedade acarretou na perpetuação de uma enorme desvantagem entre negros e brancos no mercado de trabalho, reforçando o estigma de inferioridade do povo negro para a ascensão na sociedade. Essa constatação já havia sido denunciada anos antes pelo movimento negro dos anos 1930, como a Frente Negra Brasileira, criada em 1931, ou seja, a democracia racial já havia sido desmascarada vinte anos antes pelos ativistas negros.

Arquivo Biblioteca Nacional: Imagem de militantes da Frente Negra Brasileira em uma delegação da entidade (local não identificado). Criada em setembro de 1931, no centro de São Paulo, a Frente Negra Brasileira é considerada por historiadores como a primeira organização negra do país, precursora dos movimentos ativistas que até hoje lutam contra o racismo. Texto de Leandro Machado. Da BBC News Brasil em São Paulo, publicado em 13 junho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662> 

O sociólogo considerava improvável a mudança da situação dos negros na estratificação da sociedade visto que eles foram aliados de condições sociais necessárias para serem verdadeiramente inseridos na nova realidade do Brasil como trabalhadores livres. Os negros foram abandonados à própria sorte para se adaptarem à nova ordem social competitiva a partir do processo de constituição do sistema capitalista no país. Os governos pós-abolição estavam mais interessados na política de imigração europeia por acreditar que a chegada dessas forças de trabalho poderia significar a chegada da civilização.

Era preciso estabelecer estratégias que garantissem reais possibilidades de acesso das pessoas negras a todas as políticas públicas e aos espaços de poder. Sem essas estratégias, a real inserção dessas pessoas ainda teria um longo caminho de muita luta e de muito sofrimento. Fernandes mostrou como o fenômeno social do racismo permeia todas as esferas da vida brasileira, desde as instituições públicas até as relações interpessoais:



[...] fecharam-se todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato (sic) na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais. [...] Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, 'acorrentava-se o 'homem de cor' aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição subumana de existência e a uma disfarçada servidão eterna. [...] A ideia de que o padrão brasileiro de relações entre 'brancos e negros' se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da democracia racial brasileira (Fernandes, 2008, p. 309). [sic]

O sociólogo inovou ao descortinar, por meio do trabalho coletivo, as teses até então aceitas e introduzir uma análise crítica à realidade social no Brasil daquela época, preocupando-se, em especial, com a população minorizada. Ao estudar as condições sociais e econômicas dos afro-brasileiros, Fernandes demonstrou que o acesso desigual à educação, emprego, moradia e justiça era resultado direto do racismo arraigado na sociedade brasileira.

Consequências do mito da democracia racial

Florestan Fernandes chama a atenção para o fato de que a ideologia da democracia racial serve para manter o status quo e perpetuar a opressão racial ao negar a existência dos problemas e desigualdades enfrentados pelos negros no país. A análise de Fernandes foi crucial para promover um debate mais honesto e profundo sobre o racismo no Brasil, desafiando as narrativas dominantes e incentivando ações para combater as injustiças raciais. Seu trabalho continua sendo referência para muitos pesquisadores e ativistas na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Um desses pesquisadores é Carlos Hasenbalg que, em seu livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, publicado em 1979, apresenta suas análises sobre a importância da manutenção do mito da democracia racial para a elite brasileira. Para ele, esse mito é uma narrativa insidiosa que, longe de promover a igualdade e a harmonia entre as raças, serve como uma poderosa ferramenta para a perpetuação do racismo.

Uma das consequências mais perigosas dessa ideologia é a habilidade de ocultar o conflito racial, criando uma ilusão de que as relações entre brancos e não-brancos são caracterizadas por uma convivência pacífica e desprovida de preconceitos, mascarando as profundas disparidades e injustiças enfrentadas pela população negra e indígena no país, pressupondo que o racismo seja um problema de esfera privada, ignorando suas manifestações estruturais e institucionais. Ao limitar o racismo a incidentes individuais de preconceito e discriminação, a sociedade evita contestar suas próprias estruturas, enfraquecendo a discussão sobre as questões raciais e desmobilizando a luta dos movimentos negro e indígena contra esse crime.

Além disso, o mito da democracia racial frequentemente responsabiliza esses grupos por sua baixa posição social, sugerindo que a desigualdade é resultado de insuficiências individuais ou culturais, perpetuando estereótipos sobre negros e indígenas, em vez de reconhecer as estruturas sistêmicas de discriminação e exclusão. Essa culpabilização das populações negras e indígenas desresponsabiliza os brancos em relação à situação social dos não-brancos, permitindo que continuem usufruindo de privilégios sem questionar as desigualdades raciais que os beneficiam.

É essencial, portanto, desmascarar o mito da democracia racial e reconhecer a realidade das relações raciais no Brasil. Isso requer analisar criticamente e combater as estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam o racismo, bem como reconhecer o papel dos brancos na luta pela igualdade racial e desconstrução das hierarquias raciais, avançando, assim, em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Para concluirmos esse conteúdo, sugerimos a você que assista a este vídeo: <https://youtu.be/bK51i-tej3U> 



Referências

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução do alemão: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BAHIA. Defensoria Pública do Estado. **Dicionário de expressões (anti) racistas**: e como eliminar as microagressões do cotidiano. Coordenação dos Direitos Humanos - 1ª ed. Salvador: ESDEP, 2021. Disponível em https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2021/11/sanitize_191121-071539.pdf. Acesso em: 25 de março de 2024.

BÍBLIA SAGRADA. [Bíblia online]. Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/nvi>. Acesso em: 20 de março de 2024.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: 10 expressões do português que geram controvérsia sobre racismo. **BBC NEWS Brasil**. 21 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59366676>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. **A Redenção de Cam - Modesto Brocos**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em 25 de março de 2024.

FERNANDES, Cláudio. **O IHGB E A História Do Brasil. História do Mundo**. [s.d.]. Disponível em <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/o-ihgb-historia-brasil.htm>. Acesso em 25 de março de 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. 5ª Ed, Vol I. Globo: São Paulo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª Edição - São Paulo: Global Editora, 2004.
FORBES, Jack D. **Africans and Native Americans**: The Language of Race and the Evolution of Red-Black. 2ª ed. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1993.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). **Estatuto de Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1838.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

LOTIERZO, Tatiana H. P. **Contornos do (In)visível: Racismo e Estética na Pintura Brasileira (1850-1840)**. 2013. 307f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Antropologia - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-18122013-134956/publico/2013_TatianaHelenaPintoLotierzo_VCorr.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

MELLO, Luciana Garcia de. O mito da democracia racial e a relação entre raça e política no Brasil: reflexões a partir de Carlos Hasenbalg. **Argumentos** - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 197-221, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/267>. Acesso em: 20 de março 2024.

MACIEL, M. E. de S. A eugenia no Brasil. **Anos 90**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 121-130, 1999. DOI: 10.22456/1983-201X.6545. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6545>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Como se deve escrever a História do Brazil**. RIHGB, nº 24, Rio de Janeiro: IHGB, 1845, p. 381-403. Disponível em https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsd1RLQmlTT2k3QmM/view?resourcekey=0-WpGc94f9c0IS6JFvOMZ70A. Acesso em 25 de janeiro de 2024.

MUNIZ, Flávio. **A origem da palavra 'Mulata'**. Youtube, 24 de março de 2024. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=ZDs0IEL3qU8>. Acesso em 25 de março de 2024.

_____. **Houve uma Maldição sobre Africanos e Negros?**, Youtube, 1 dez. de 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ihJDOVQ7svs>. Acesso em: 25 de março de 2024.

RIBEIRO, Débora. **Dicionário online de português**. Disponível em <https://www.dicio.com.br/mulato/>. Acesso em 25 de janeiro de 2024.

SANTOS. Marcos Ramponi. **Análise das expressões dos livros de Monteiro Lobato: racismo ou realismo?** Revista Recifaqui, V, 01, Nº 12, p. 778-800. Disponível em: <https://recifaqui.faqui.edu.br/index.php/recifaqui/article/view/180>. Acesso em 15 de abril de 2024.

SILVA, Fernanda de Oliveira. **A representatividade do negro na literatura infantil brasileira nas obras de Monteiro Lobato: "Os doze trabalhos de Hércules - I", "Caçadas de Pedrinho" e "Memórias de Emília"**. 2023. 64f. Monografia (Graduação de Licenciatura em Pedagogia) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, campus do Malês, São Francisco do Conde. 2023. Disponível em https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3534/1/2023_mono_fernandasilva.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

WESTIN, Ricardo. **1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados**. [Brasília]: Agência do Senado Federal, 05/08/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados#:~:text=milh%C3%A3o%20de%20escravizados,-1%C2%BA%20Censo%20do%20Brasil%2C%20feito%20h%C3%A1%20150%20anos%2C%20contou%201%2C5%20milh%C3%A3o%20de%20escravizados&text=No%20%C3%BAltimo%20dia%201%C2%BA%20t%C3%A9cnicos,entrevistas%20do%2013%C2%BA%20Censo%20populacional>. Acesso em 15 de março de 2024.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, o país do futuro**. Tradução de Odilon Gallotti. Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital RocketEdition de 2001. Disponível em <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/paisdofuturo.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2024.



2.2 Branquitude

Pra início de conversa...

Antes de começarmos a discussão sobre a branquitude, é válido lembrar que tudo o que está sendo discutido aqui é a partir de fontes seguras e, todas elas referenciadas ao longo do material. Há embasamento, há respaldo, há validade das afirmações. Mas os incômodos virão. Segundo Paul Gilroy – negro, homem, sociólogo inglês - quando o “sujeito branco” começa a tomar consciência da própria branquitude, ele passa por algumas fases que o autor chama de “mecanismos de defesa do ego”: negação; culpa; vergonha; reconhecimento; reparação (Gilroy apud Kilomba p.43, 2019). Se você é uma pessoa branca, talvez seja tentado a parar na primeira fase. Salientamos, contudo, que não é nosso objetivo apontar culpados, mas fazer provocações. O fato é que existe um legado branco na estrutura racista enraizada na sociedade atual, e, antes que você diga “não sou racista”, “não escravizei ninguém” e “não tenho culpa do que meus antepassados fizeram”, gostaria de te convidar a refletirmos juntos sobre qual seria o papel de pessoas brancas nessa “desconstrução” hoje. Se você é uma pessoa negra, gostaríamos que também fizesse uma leitura atenta pois, apesar da vivência da pessoa negra no Brasil já garantir vasto conhecimento sobre o racismo, acreditamos que compreender melhor a branquitude nesse contexto trará novas reflexões.

E quem é branco no Brasil?

Para fins oficiais, a caracterização da população brasileira é feita por meio da autodeclaração racial, e cada pessoa deve se identificar enquanto “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e “indígena”. É bom lembrar que a classificação oficial de raça é decorrente dos usos sociais e políticos nos diferentes contextos históricos (Dos Anjos, 2013) e, portanto, torna-se, atualmente, um instrumento fundamental de estudo e concretização das políticas afirmativas e, por esse motivo, não deve ser negligenciado.

De todo modo, a autodefinição pode não ser uma tarefa tão simples, já que espelha diretamente as complexidades existentes na sociedade. No Brasil, o racismo contra pessoas negras é preconizado pelo que Oracy Nogueira chamou de “preconceito de marca” (Nogueira, 2006, p.291). Isso significa que o fator que vai determinar a discriminação é o fenótipo, ou seja, o caráter estético, os traços ou marcas externas, estampados nos corpos dos sujeitos discriminados, lido socialmente pelo prisma da inferioridade. De todos os traços, porém, é a cor a marca principal e que irá intensificar a discriminação (Nogueira, 2006). Por outro lado, o caráter “intelectivo e estético” (Nogueira, 2006, p.291) desse tipo de preconceito faz com que a relação de pertença seja flexível, permitindo que uma mesma pessoa, dependendo do contexto em que está inserida, seja lida como branca, e em outras relações e contextos, como parda ou preta.





“Branquitude” é o mesmo que pessoa branca?

Apesar da raiz gramatical nos apontar para a cor da pele, o termo remete à ideia de um “lugar de vantagem estrutural” (Schucman, 2012, p.30) a partir do qual - de acordo com a pesquisadora - pessoas brancas detêm o controle das decisões políticas, econômicas e da produção de subjetividade. Partindo desse princípio, podemos afirmar que a partir desse “lugar” a pessoa que é lida como branca desfruta diariamente de alguns privilégios dos quais não percebe ter, justamente por não vivenciar ou não conhecer a experiência cotidiana de quem sofre o racismo, como ocorre com a pessoa negra e indígena no Brasil.

A chamada “branquitude”, portanto, é um conceito formulado na década de 1990 nos EUA para designar esse “lugar” de subjetividade/visão de mundo da pessoa branca. Um primeiro ponto dessa “realidade” em particular é a dificuldade que esse sujeito teria em se perceber como um grupo racial, ao mesmo tempo em que consegue racializar os demais grupos, tipificando-os na esfera generalizada de “outro”. Essa dificuldade é, na verdade, uma herança colonial que está ancorada na ideia de que a raça humana está subdividida em diferentes raças, tendo o europeu, por sua vez, se excluído do processo de racialização, uma vez que, ele mesmo, não é por ninguém definido, já que se colocou no centro da narrativa. Essa perspectiva europeia de racialização marginaliza os saberes e conhecimentos não-europeus e legitima uma ideia de hierarquia que sustenta a desigualdade e exclusão (Kilomba, 2008).

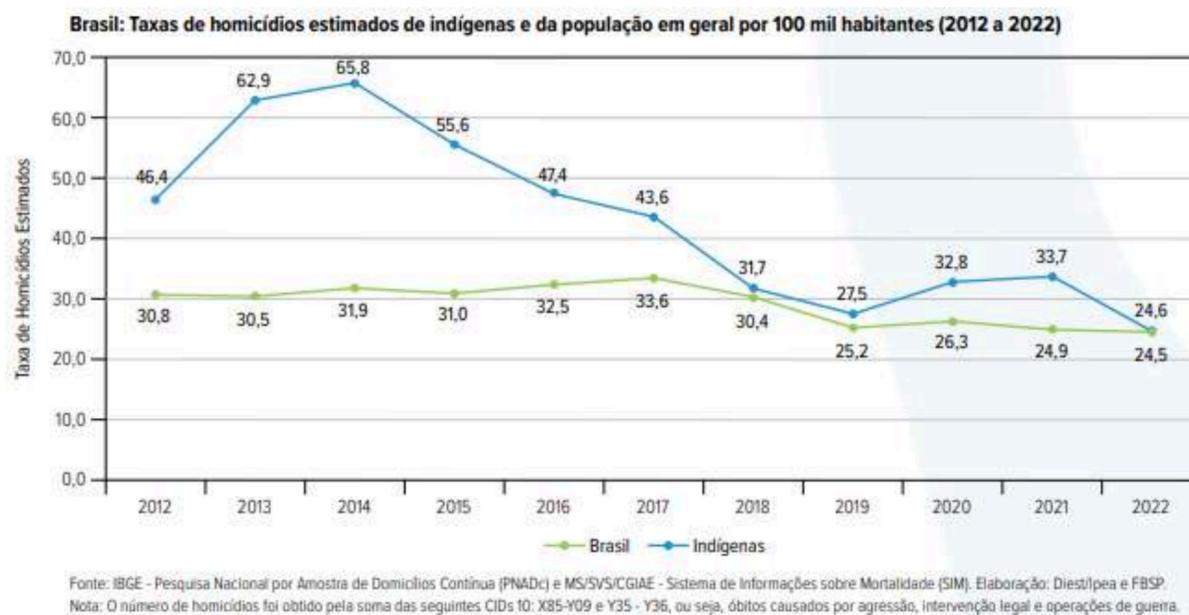
Para melhor ilustrar, é possível perceber que quando a pessoa branca se identifica racialmente, o faz a partir da noção de identidade pautada pela descendência europeia, ou seja, o branco não se vê enquanto “raça branca”, mas como descendente de “italiano”, “espanhol”, “alemão”, “português” e por aí vai... enquanto isso, pessoas “racializadas” – pretas, pardas e indígenas – são mencionadas de forma generalizada, não importando as especificidades culturais e étnicas de cada grupo ali incluso. Essa cosmovisão pautada na racialização do outro, evidencia uma realidade social que, na prática, trata com iniquidade aqueles que não carregam as características do que consideram “padrão”, e traça, a partir dessa centralidade, a ideia de belo, de bom, de correto, de educado, de “civilizado”.

Segundo Cida Bento (2022), este padrão enraizado na estrutura das relações políticas, econômicas e sociais em nosso país é sustentado e reafirmado por um pacto não verbalizado entre pessoas brancas que fortalece o grupo de iguais e exclui quem não faz parte dele. O termo por ela criado - “Pacto Narcísico da Branquitude” – denuncia essa iniquidade racial. As alianças firmadas nesse grupo buscam justificar suas atuações por meio do discurso do “mérito” (Bento, 2009, p. 19), culpando a população negra e indígena pelas discriminações que sofrem, ignorando que o processo histórico que subjugou esses povos a condições de violência, pobreza e abandono implicou, conseqüentemente, em acessos e vantagens socioeconômicas à branquitude atual. Esse “pacto entre brancos”, apesar de não ser algo combinado ou articulado intencionalmente, irá, estruturalmente, favorecer os “seus” na hora de oferecer trabalhos de melhor remuneração, por exemplo. Se trata de uma identificação que oferece privilégios sem levar em consideração, necessariamente, a capacidade ou aptidão para uma determinada função.

“Assim, o que se observa é uma relação dialógica: por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro lado, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente.” (Bento, 2002, p.5)

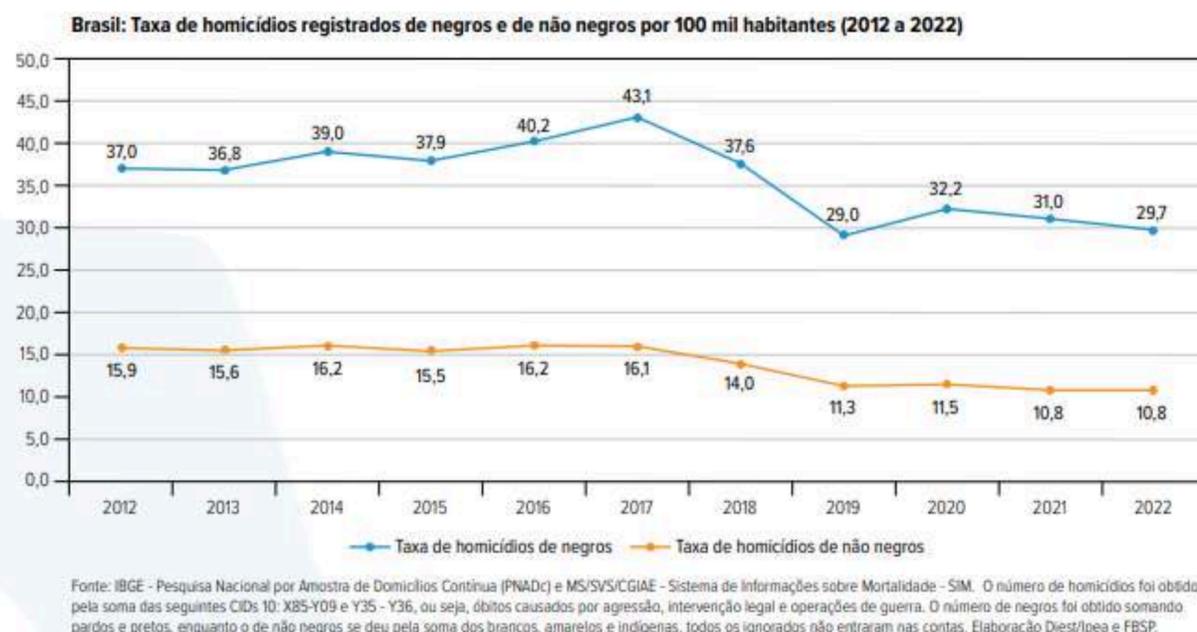
Esse fator narcísico opera por meio da distorção da realidade que silencia o impacto que a escravização proporcionou no sistema de favorecimento e privilégios da branquitude. O legado colhido pela branquitude é evidenciado nos indicadores sociais, que mostram essa desigualdade discrepante entre brancos e as populações por eles racializadas. É o que indicam, por exemplo, os dados do Atlas de Violência apresentados pelo IPEA (2024):





De acordo com o gráfico “Taxas de homicídios estimados de indígenas e da população em geral por 10 mil habitantes (2012 a 2022)”, observa-se a situação de extrema vulnerabilidade dos povos originários, que, mesmo após a queda brusca das taxas, em 2018, volta a aumentar entre os anos de 2019 e 2020, ultrapassando a média nacional, sobretudo em 2021, quando a taxa de homicídios de indígenas subiu de 32,8 para 33,7. Essas estatísticas revelam que a violência sofrida pelos povos indígenas foi maior que a sofrida pela população em geral. De acordo com o IPEA, em 2022, o número de homicídios de pessoas negras representa 76,5% do total registrado no país.

Já no gráfico “Taxa de homicídios de negros e não negros por 100 mil habitantes (2012 a 2022)”, nota-se que, apesar da redução da taxa de homicídio de pretos e pardos a partir de 2017, os registros continuam em proporção 2 vezes maior que o número de homicídios entre não negros. De acordo com o IPEA, “para cada pessoa não negra assassinada no Brasil, 2,8 negros são mortos” (IPEA, p.52, 2024).



Esses dados nos mostram que existe uma realidade que define socialmente quem é branco, ao mesmo tempo que denunciam uma diferença racial alarmante entre esses sujeitos e os que não o são.

O curioso é que, apesar de não existir nenhuma lei de segregação racial outorgada em nosso país, você já experimentou ir a um local mais elitizado e olhar ao redor? Faça esse exercício quando puder. Observe em restaurantes caros e em festas celebradas em bairros considerados “nobres” o número de brancos e negros nesses espaços. Observe também em seu ambiente de trabalho quem são as pessoas que ocupam, em sua maioria, os cargos de gestão e, em contrapartida, observe quem são aqueles que compõem o quadro de funcionários em atividades não socialmente valorizadas, apesar de muito importantes.



Milton Santos (2000, s/p) – um dos mais consagrados intelectuais dos tempos atuais – chama esse fenômeno de “Apartheid à brasileira” e enfatiza que, “A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta”(Santos, 2000, s/p). O fato é que o racismo no Brasil é real e o cotidiano revela o quanto é pulsante, cruel e violento. Seria uma afirmação exagerada? A verdade é que não precisamos ir tão longe para comprovarmos o apartheid à brasileira.

Em janeiro de 2021, um jornal local publicou uma série de ataques racistas sofridos por mulheres negras em praias localizadas em bairros de classe média e alta de Vitória - sobretudo as classes A, B e C, considerando as categorias de classes sociais do IBGE. Algumas ofensas proferidas a essas mulheres foram: “Vai para sua casa. Você não sabe andar aqui, não devia estar aqui”. Em relação ao ocorrido na Ilha do Boi, uma das vítimas relata: "Falou que a praia estava mal frequentada, que só tinha preto e favelado. E quando eu levantei, desceu um grupo de amigos com som, e ela falou em alto e bom som: 'agora, sim, chegou a favela toda, um monte de preto" (A Gazeta, 2021).

Em outubro de 2023, segundo o webjornal G1 ES, Tunico da Vila (filho de Martinho da Vila) foi vítima de racismo na Rua da Lama, em Jardim da Penha (bairro “classe média” de Vitória). Segundo o relato do artista, um vendedor de bebidas “começou a me insultar, chamando de macumbeiro, pois estava com minhas guias, e mandando voltar para a favela, dizendo que lá era o meu lugar”.

Infelizmente, situações como as relatadas ainda são recorrentes no Brasil do século XXI. Combatê-las é responsabilidade de todos, mas deve ser um compromisso cada vez maior de pessoas brancas, uma vez que o racismo é uma das consequências do pacto da branquitude.

Privilégio Branco

Pode ser um pouco confuso para algumas pessoas “lidas” socialmente enquanto brancas, sobretudo as que possuem parentes negros, se auto-identificarem brancas. Mas enfatizamos a importância da autodeclaração ser feita de forma mais assertiva - sobretudo quando lidamos com questionários utilizados para fins governamentais - pois irão resultar em políticas públicas. Desse modo, se uma pessoa não negra se autodeclara parda/preta sem levar em consideração o lugar de privilégio que, porventura, ocupa, poderá passar uma visão equivocada de que pardos/pretos estão tendo acessos que normalmente não possuem, afetando diretamente no planejamento voltado à atender as necessidades das pessoas que estão sofrendo racismo na nossa sociedade.

Para auxiliar nesse processo - e considerando que o racismo no Brasil se dá a partir do fenótipo, e, portanto, das características estéticas das pessoas -, preparamos um breve exercício que, longe de querer definir quem é negro ou não, poderá servir como uma provocação para algumas reflexões sobre a realidade cotidiana vivida por negros e brancos.

Recomendamos também que assista a um conteúdo produzido por uma pessoa negra sobre esse assunto: <https://www.youtube.com/watch?v=zc51sZOlRQw>



- 
- Caminha sem preocupação no shopping center ou no supermercado, sem ter medo de ser seguido por um segurança?
 - Já perdeu oportunidades de emprego por causa do cabelo ou da sua “aparência”?
 - É comum você ver heróis e galãs da mesma cor da pele que você?
 - Pode sair correndo sem medo de acharem que você fez alguma coisa errada?
 - Pode ir na padaria de chinelo e uma roupa informal (“roupa de ficar em casa”) sem preocupação?

Talvez, você que é branco pode ter lido esses questionamentos e pensado: “Mas isso não é normal para todo mundo?”. A resposta é não! Se a cor da sua pele não interfere na sua vida, pode-se dizer que você desfruta de um lugar de privilégio.

Diante do que foi exposto, a grande questão é: o que você pode fazer, enquanto sujeito branco, a partir desse lugar de privilégio, para contribuir com uma sociedade mais justa para todos? Mais precisamente, Fanon (1979) nos leva a refletir que o antirracismo branco não significa assumir a culpa dos descendentes mercadores de escravizados ou as atrocidades realizadas pelos antepassados escravistas; no entanto, existe uma responsabilidade ética e política a ser assumida, sobretudo porque a pessoa branca desfruta dos privilégios deixados pelos antepassados. Essa responsabilidade deve se manifestar por meio de posturas antirracistas e na preocupação em combater as discriminações na sociedade como um todo (no currículo, na sala de aula, nas universidades, na ciência, na medicina, no direito, na educação etc.). Para Cida Bento (2022), o primeiro passo é o branco reconhecer essa posição de privilégio e o próprio racismo inculcado no modo de pensar e agir.

Então, vamos juntos...

Eu não sou racista!

Segundo a psicóloga e pesquisadora Cida Bento, para combater a estrutura racista é necessário compreender os mecanismos que a estabelece e o lugar do/a branco/a na produção e reprodução do racismo enquanto condição fundamental de enfrentamento (2023).

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Referência Negra Peregum e pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista), 81% dos entrevistados reconhecem que o Brasil é um país racista. Entretanto, dentre esses mesmos entrevistados, apenas 11% reconhecem práticas racistas no seu comportamento e nos espaços onde circulam. Essa dificuldade em identificar racismo ocorre porque a sociedade costuma enxergar a pessoa dita racista sob a ótica do binarismo (“bem versus mal”), ou seja, se a pessoa é racista, “ela é uma pessoa ruim e quer intencionalmente ferir o outro, mas se sou uma pessoa boa, consciente, respeitosa, logo, não posso ser racista”.

O fato é que esses dados, por um lado, escancaram a falácia do mito da harmonia racial no país, e, por outro, revelam a dificuldade do brasileiro em perceber práticas racistas na sociedade. Márcio Black (2023, s/p) - cientista político, negro - parafraseando Kabengele Munanga afirma que “o racismo no Brasil é o crime perfeito, porque ele é o crime que todo mundo reconhece que existe mas que ninguém consegue localizar quem é que pratica.”





O problema do branco bem-intencionado....

A socióloga Robin DiAngelo – pesquisadora sobre “branquitude” e racismo – nos afirma que os grupo de pessoas brancas “bem-intencionadas” – que veem a si mesmas como “brancos convertidos” - geralmente causam maiores danos ou dores cotidianas a pessoas negras, pois, na realidade, continuam reproduzindo as mesmas práticas quando o que se está em jogo são as lutas cotidianas pelos espaços de poder (DiAngelo, 2023). Segundo ela, o “progressista branco” (DiAngelo, 2003) não internalizou menos racismo ou não desfrutou menos de padrões estruturais racistas simplesmente por ser progressista ou, em suas palavras: “Minha consciência adulta e educada é completamente antirracista. Minha estrutura profundamente internalizada é uma estrutura racista”. (DiAngelo, 2003, p. 31). Por isso, é importante considerarmos a importância de estarmos continuamente questionando as nossas práticas e raciocínios e lendo/ouvindo o que pessoas negras estão falando sobre o assunto.

“Qual é o lugar do branco na luta antirracista?”

É muito comum a pessoa branca, após perceber sua condição de privilégio em contraste com as injustiças cotidianas que oprimem a população negra e indígena, se aliar e passar a fazer parte da luta antirracista. E é fundamental que isso aconteça. Existe um lugar que pertence somente à pessoa branca e que está à espera desses sujeitos. A população negra não precisa que você fale por ela. A verdade é que, se estamos falando sobre racismo e branquitude hoje, apesar de toda a tentativa histórica de apagamento do povo negro, é porque a luta e resistência de Zacimba Gaba, Zumbi, Luiz Gama, Lelia Gonzalez, Carolina de Jesus, Abdias Nascimento, Sueli Carneiro, Gustavo Forde (entre tantos outros) surtiu grande efeito. A grande questão é que se a branquitude ao invés de perpetuar o racismo, combatê-lo, a luta contra o racismo talvez não seja mais necessária. E quando isso acontecer, lutaremos por outras necessidades sociais.

Racismo é “coisa de branco”

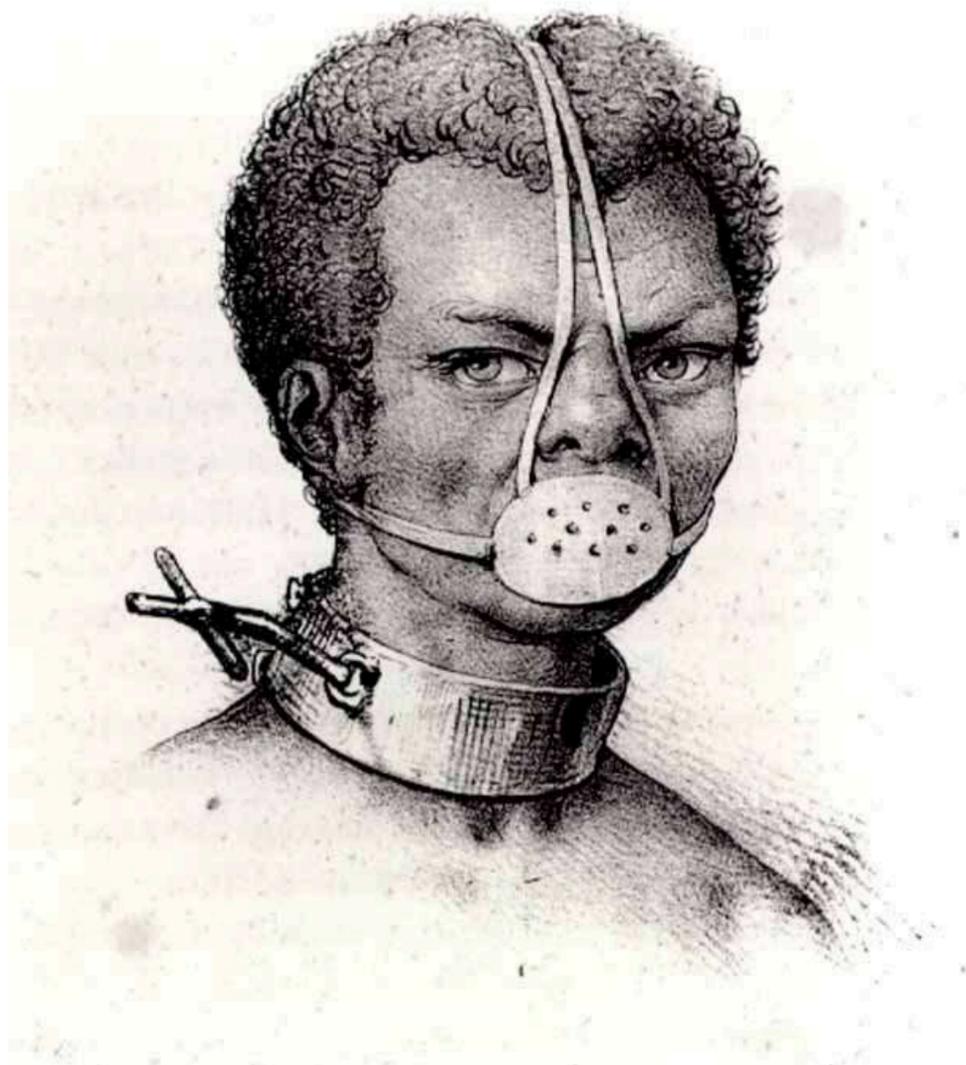
O racismo não é “coisa de preto” ou “vitimismo”. O racismo foi criado por brancos, o que configura, conseqüentemente, um “assunto de branco” e, por conta disso, este segmento tem um lugar de fala fundamental na luta contra as discriminações raciais. É preciso ter em mente que a branquitude criou um “mundo conceitual branco” (Kilomba, 2019, p. 39) sobre negros e indígenas, ou ainda, nas palavras de Franz Fanon “O que é frequentemente chamado de alma negra é uma construção do homem branco” (apud Kilomba, 2019, p.38). A importância de tomarmos consciência dessa realidade se dá, sobretudo, porque quando falamos em práticas racistas, é sobre esse imaginário que estamos falando, o que significa que são as “fantasias brancas” projetadas em pessoas negras e indígenas o que precisamos desconstruir (Kilomba, 2019). Mas e agora? Entendi a estrutura racista construída no Brasil e gostaria de ser aliada/o de negras/os e indígenas na luta antirracista. O que fazer então?

Mas e agora? Entendi a estrutura racista construída no Brasil e gostaria de ser aliada/o de negras/os e indígenas na luta antirracista. O que fazer então?

1. Vamos falar sobre o “lugar de fala” do sujeito branco?



VOCÊ JÁ OUVIU FALAR NA MÁSCARA DE ANASTÁCIA? NO PERÍODO COLONIAL, ELA FOI IMPOSTA AOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS A FIM DE IMPEDI-LOS DE COMEREM CANA-DE-AÇÚCAR E CACAU ENQUANTO TRABALHAVAM, MAS A PRINCIPAL FUNÇÃO, ERA A DE PROMOVER O MEDO E O SILENCIAMENTO, SIMBOLIZANDO AS PRÁTICAS COLONIALISTAS DE CONQUISTA E DOMINAÇÃO (KILOMBA, 2008).





A primeira coisa que precisamos entender, como pessoas brancas, para agirmos de forma coerente e ativa no processo de combate ao racismo (a começar em nós), é que a censura foi a forma histórica de opressão e perpetuação de tais estruturas e que, ainda hoje, “no racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial” (Kilomba, 2008, p. 34). A crueldade imposta por meio da Máscara de Anastácia nos ensina que existia, por parte do opressor, um medo de ouvir e ser confrontado e, conseqüentemente, de ser colocado num lugar de desconforto ao ter que lidar com as verdades sobre si a partir do outro (Kilomba, 2019, p.41).

Enquanto pessoas brancas, é importante que sejamos proativos quanto à descolonização de nossa maneira de pensar, e um dos caminhos seria “voltar para o nosso lugar” de fala (Ribeiro, 2017, p.48). Ser antirracista não significa falar no lugar de negros e indígenas sobre o que eles passaram e passam, mas é, antes de tudo, ouvi-los e saber qual é o nosso lugar. Isso não significa que brancos, a partir de agora, “darão voz” aos que foram e são vítimas de opressão. Essa expressão, inclusive, reforça e reproduz a ideia colonial de permissão do “senhor” para falar, e esse direito já foi conquistado por aqueles povos à “duras penas”. A experiência da branquitude - e, portanto, o seu lugar de fala - é de quem se beneficia da herança escravocrata existente na nossa sociedade, então que falemos a partir dela! Dessa forma, ao invés de reforçarmos o sofrimento dos que foram oprimidos pela escravização, vamos nos lembrar (e fazer lembrar) de quem os oprimiu. Romper o pacto da branquitude pela quebra do silêncio hegemônico que nos impede de reconhecer a responsabilidade histórica do sujeito branco (e suas repercussões atuais na manutenção de privilégios e poder) enquanto protagonista das atrocidades cometidas no passado escravista é fundamental.

2. Leia!

Não fique perguntando o tempo todo para pessoas negras e indígenas o que elas acham sobre determinado assunto referente a questões racistas, ou se você agiu errado ao falar de determinada forma. Tome a iniciativa de ler, pesquisar, se informar. Lembre-se que ao buscar conhecer melhor o assunto você está apenas cumprindo com sua responsabilidade ética ao fazê-lo, afinal, as pessoas negras já estão fazendo a parte delas ao longo de todos esses anos: resistindo.

Para isso, sugerimos que faça uma reflexão sobre os autores que você lê, os podcasts que escuta, os influenciadores que segue. Mudar o ponto de referência ou enxergar a realidade a partir de outro lugar que não o seu, e através dos próprios atores (ao invés de pessoas que os leem), além de ser exercício intelectual importante e totalmente necessário, evitará que você reproduza frases e ideias descontextualizadas.

3. Não se isente!

O letramento racial é um processo constante. Se informar, investir na sua formação e pesquisar sobre o assunto é fundamental, mas não fará de você, automaticamente, uma pessoa letrada. O letramento exige um posicionamento, portanto, se você não se posicionar quando percebe que alguém fez comentários racistas, esse silêncio ou isenção reforçarão a violência, sobretudo, no contexto escolar. Vozes brancas podem ser aliadas quando não se silenciam, pois podem desencorajar práticas racistas. Lembre-se que toda conscientização requer a mudança de atitudes e isso inclui posicionamentos diários diante dos seus pares.



4. Racismo reverso não existe!

Robin DiAngelo explica esse fato diferenciando preconceito de racismo, pois o viés do racismo implica, obrigatoriamente, numa perspectiva jurídica e controle institucional, o que significa que é totalmente possível que negros e indígenas tenham atitudes consideradas como preconceituosas ou praticar discriminação contra brancos, mas pelo fato de não possuírem força política para impor desvantagens sociais a esse mesmo grupo que detém o poder político/institucional, não é possível adequar o conceito de racismo às suas práticas (Almeida, 2019). Portanto, é possível afirmar que um olhar tendencioso de negros e indígenas contra brancos seja considerado “preconceito”, mas esse preconceito não estabelece condições de desvantagens sociais estruturais aos brancos, não configurando, por isso, racismo. Ou seja, não existe racismo contra pessoas brancas!

5. Negros não são racistas contra eles mesmos

Uma das reflexões muito conhecida de Nelson Mandela é que “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender.” Sendo assim, da mesma forma que crianças brancas aprendem a ser racistas, crianças negras sentem desde muito cedo as violências do racismo estrutural e, conseqüentemente, também aprendem a reproduzir práticas racistas que são por elas internalizadas. Mas, de forma alguma podem ser consideradas racistas contra si mesmas (não faz nem sentido essa frase!), já que, enquanto pessoas negras e indígenas, são vítimas do sistema tanto quanto seus iguais.

6. “Não sou racista, tenho até amigos negros”

Você pode ter amigos negros e nem por isso estar isento de cometer atos racistas. Lembre-se que o racismo não se restringe ao que você fala, mas na ideia de superioridade que você internalizou. Além disso, muitas pessoas negras, a fim de serem aceitas pelo grupo, acabam por não reagirem a falas e atitudes arrogantes em relação a elas, sobretudo quando ocorrem no ambiente escolar. Observe as vítimas de racismo. Ainda que estejam aparentemente ignorando ou até mesmo rindo de comentários difamatórios, intervenha - não se cale.

Lembre-se, novamente, que ser cordial faz parte do conceito básico de relacionamento e boa convivência e não há nada de revolucionário nisso. O fato de você “ser agradável, ser amigável, almoçar junto, não significa que esteja sendo antirracista” (DiAngelo, 2023, p. 29). Ser uma pessoa branca antirracista é, antes de tudo, saber que é um potencial agente produtor constante de racismo. Portanto, ser antirracista é também ser consciente dessa realidade e lutar incisivamente contra ela.

7. Pensando espaços de representatividade

O principal local em que as reparações sociais podem alcançar a população negra de forma intencional e estrutural é na esfera política. Por isso, é necessário que pessoas negras e indígenas também estejam nos espaços de poder, nos lugares de planejamento, fiscalização e execução de políticas públicas. Desse modo, pensar e organizar os espaços de representatividade garantindo voz e vez a pessoas negras e indígenas, muitas vezes desconsideradas e invisibilizadas em ambientes políticos majoritariamente embranquecidos - é fundamental não apenas para o bem das populações negra e indígenas, mas para a ampliação de uma política com equidade racial e comprometida com a diversidade e correção de desigualdades históricas no Brasil.

Se você leu todo esse tópico sobre Branquitude, espero que tenha sido atravessado por reflexões que fortaleçam a sua relação com o combate ao Racismo. Apesar de pontuais, as reflexões aqui contidas, se internalizadas, podem muito em seus efeitos. Continuemos nos letrando e modificando tudo o que não podemos mais aceitar.

Referências

- ANJOS, Gabriele dos. A questão “cor” ou “raça” nos Censos Nacionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.
- BLACK, M. **Percepções sobre o racismo**. Apresentadora: Stela Diego. Papo Preto, São Paulo: Ecoa UOL, 23 de agosto de 2023. Podcast. 19min29s. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/08/23/papo-preto-131-percepcoes-sobre-o-racismo-no-brasil.htm>. Acesso em 25 de março de 2024.
- MULHERES denunciam ataques racistas sofridos em praias de Vitória, 5 de janeiro de 2021, **A Gazeta**. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/mulheres-denunciam-ataques-racistas-sofridos-em-praias-de-vitoria-0121>. Acesso em 22 de fevereiro de 2024.
- BENTO, Maria Aparecida. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em 25 de julho de 2024.
- CHELUJE, Gustavo. Tunico da Vila denuncia vendedor por injúria racial em Vitória, veja o vídeo. **A Gazeta, HZ**, 21 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/hz/tv-e-famosos/tunico-da-vila-denuncia-vendedor-de-bebidas-por-injuria-racial-em-vitoria-1023>. Acesso em 22 de fevereiro de 2024.
- CORREA, Ricardo Alexandre. **Ninguém nasce odiando, para ser racista é preciso ter o aprendizado do ódio**. Carta Campinas, 30 de julho de 2018. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2018/07/ninguem-nasce-odiando-para-ser-racista-e-preciso-ter-o-aprendizado-do-odio/>. Acesso em 25 de março de 2024.
- DIANGELO, Robin. O branco na luta antirracista: limites e possibilidades. In: IBIRAPITANGA; SCHUCMAN, Lia Vainer. (Orgs.). **Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo**. São Paulo: Fósforo, 2023.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.
- PESQUISA do Instituto Peregum com o Projeto SETA apresenta dados sobre percepção do brasileiro sobre racismo**. Instituto de Referência Negra Peregum, 2023. Disponível em: <https://peregum.org.br/2023/07/27/pesquisa-do-instituto-peregum-com-o-projeto-seta-apresenta-dados-sobre-percepcao-do-brasileiro-em-relacao-ao-racismo/>. Acesso em 24 de abril de 2024.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017 (Feminismos Plurais).
- SANTOS, Milton. Ser Negro no Brasil hoje. **Folha de São Paulo**, 2000. Disponível em em:<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/11/e-urgente-reagir-contr-a-apartheid-a-brasileira-escreveu-milton-santos-em-2000.shtml>. Acesso em 22 de fevereiro de 2024.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido” o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.



2.3 Epistemicídio

O que é?

EPISTEMICÍDIO

Corpo-África

[...]
Meu corpo é uma África
que ainda grita
todos os crimes contra sua terra
e contra sua gente.
O racismo de nossa era
vem junto com uma boca sorridente
que dissimula
e tudo que é negro anula
como contribuição social.
Meu corpo é uma África
meu Ori vive comigo a resistir
Já que não podemos mais permitir
o silêncio a nos chicotear,
nem os discursos com outros termos a inferiorizar o que somos[...].

(Costa, 2016, p.194)





Ser indígena, ser Omágua

Sou filha da selva, minha fala é Tupi
Trago em meu peito
as dores e as alegrias do povo Kambeba
e na alma a força de reafirmar a
nossa identidade
que há tempo ficou esquecida
diluída na história
mas hoje revivo e resgato a chama
ancestral de nossa memória.
Sou Kambeba e existo, sim
[...]
(Kambeba. Ay Kakyri Tama, 2013, p. 25).

Quantos heróis e heroínas negros e/ou indígenas você conhece?

Com quantos professores negros ou professoras negras você já estudou?

Você se lembra de autores negros e/ou indígenas sobre os quais tenha estudado?

Quanto sabemos sobre culturas africana e/ou indígena?





Por que será que raramente estudamos autores ou autoras negros e indígenas? Será que as pessoas negras e as indígenas não produzem conhecimento? Por que não vemos muitos heróis com rosto africano? Por que não nos contam na escola sobre as diversas culturas africanas, seus mitos, suas lendas, seus contos fantásticos com suas princesas e príncipes, seus inventos, suas pesquisas? Por que estudamos tão pouco (e, às vezes, de forma equivocada) as culturas indígenas, suas peculiaridades, seus saberes? Onde estão os autores(as) negros e indígenas nos periódicos Brasileiros? Em que medida esses povos, seus intelectuais e saberes encontram barreiras estruturais para circularem nas instituições científicas? Como criar espaços de pesquisa acolhedores, respeitosos e de fato justos com as autorias indígenas e negras? Como descolonizar as instituições e protocolos de produção do conhecimento? Essas são algumas das muitas e complexas perguntas que gostaríamos que refletisse junto conosco!

Os trechos dos poemas de abertura desse subtítulo denunciam em seus versos um grave problema: o silenciamento sobre os povos negros e indígenas na formação da sociedade brasileira nos registros da história do Brasil. Os versos demonstram que as vozes desses povos ainda são reprimidas, ocultadas, mas resistem e buscam valorização e respeito às suas identidades, às suas memórias, às suas histórias.

Por outro lado, nos mesmos poemas são apontadas as soluções possíveis para reverter esse apagamento, como podemos ler nos versos do poema Corpo-África: “Já que não podemos mais permitir/ o silêncio a nos chicotear,/nem os discursos com outros termos a inferiorizar o que somos” e nos versos do poema Ser indígena, ser Omágua: “e na alma a força de reafirmar a nossa identidade/ (...) mas hoje revivo e resgato a chama ancestral de nossa memória” (...). (Costa, 2016, p.194). De fato, não é mais possível aceitar o silêncio persistente na historiografia brasileira. É preciso reviver e resgatar suas memórias. Suas vozes precisam ser ouvidas. Os discursos precisam ser proferidos pelos verdadeiros sujeitos da nossa história e da nossa cultura.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a partir das Leis 10.639/03 e 11.645/08, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apontam para a necessidade de aprofundamento e equidade nos estudos acerca das histórias e da valorização dos povos que compõem a formação sociocultural da sociedade brasileira, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política para a história do Brasil. Apesar da existência dessas leis, ainda há muitos entraves para colocá-las em prática. Estamos falando de séculos de apagamento de saberes, de história e memória dos povos originários, africanos e afro-brasileiros. Essa tentativa persistente de apagar o saber, a produção de conhecimento dos povos que compõem a nossa história é chamada de Epistemicídio.

Se refletirmos que foi preciso criar leis para garantir a inclusão dos estudos sobre povos africanos e indígenas nas escolas, podemos começar a entender o nível de racismo no Brasil e a importância da construção de uma educação efetivamente antirracista para superarmos essa realidade de exclusão.

Para entendermos o conceito de **Epistemicídio**, precisamos falar de dois outros termos: **Epistemologia e Genocídio**:

A **Epistemologia** estuda como o conhecimento é obtido e qual é a sua validade. Seu nome vem dos vocábulos gregos epistēmē (“conhecimento”) e logos (“estudo”, “ciência” ou “palavra”), e por isso é chamada, de maneira geral, **ciência do conhecimento**. A epistemologia analisa, portanto, segundo Sousa Santos e Menezes (2013), as várias condições de produção e reprodução do conhecimento a partir das experiências sociais nas quais incluem as experiências culturais e políticas.

Já a palavra **Genocídio** só passou a existir após 1944 quando o advogado judeu da Polônia, Raphael Lemkin, tentando descrever o que foram as políticas nazistas, criou essa palavra combinando Geno-, termo grego que significa raça ou família, com o termo latino -cídio, que significa morte ou extermínio. Em 1945, a palavra Genocídio foi incluída nos processos do Tribunal Militar Internacional, em Nuremberg, na Alemanha, acusando os líderes nazistas por “crimes contra a humanidade”.

Agora, voltemos à pergunta inicial: **O QUE É EPISTEMICÍDIO?**

Epistemicídio é um termo criado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e apresentado em seu livro *La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*.



O sociólogo conceitua epistemicídio como:

o processo político-cultural através do qual o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados é morto ou destruído, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação. Historicamente, o genocídio tem sido frequentemente associado ao epistemicídio. Por exemplo, na expansão europeia, o epistemicídio (destruição do conhecimento indígena) foi necessário para “justificar” o genocídio de que os povos indígenas foram vítimas (Santos 1998, p. 208.).

Santos (1998), explicando o que ele chamou de imperialismo cultural do ocidente europeu a partir do violento processo de colonização, criou a palavra Epistemicídio, combinando, então, as palavras epistemologia e genocídio para definir o apagamento das várias formas de saberes oriundas de povos colonizados, relacionando o frequente genocídio na expansão colonial ao apagamento dos conhecimentos produzidos por esses povos subjugados, pretendendo subalternizá-los, marginalizá-los, evitando, assim, uma possível ameaça desses grupos sociais aos avanços capitalistas. Para o sociólogo Sousa Santos (1998), o epistemicídio é uma das formas mais eficazes e permanentes de dominação das minorias em geral.

O filósofo sul-africano, Mogobe Ramose, em seu texto Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana, também aborda as consequências da colonização no processo de produção de conhecimentos dos povos colonizados. Para ele, os colonizadores se baseavam em dois fundamentos para deslegitimar as epistemologias africanas: o primeiro deles estaria ancorado na fé, na qual todo ser humano deveria ser cristianizado; o segundo estaria vinculado à ideia de que somente o homem ocidental seria dotado de racionalidade. Mas, neste caso, haveria uma contradição sobre a necessidade de cristianizar os seres humanos uma vez que somente os ocidentais eram considerados humanos. Em nível teórico, segundo Ramose (2011), essa divergência foi resolvida com a bula papal, Sublimis Deus, promulgada em 2 de junho de 1537, pelo Papa Paulo III, na qual consta:

“[...] atendendo a que os referidos Índios [sic], como verdadeiros homens, não só são capazes da Fé Cristã, mas também, como nos foi referido, acorrem muito prontamente à fé [...] pela presente Carta decretamos e declaramos que os mencionados Índios e todos os outros povos que no futuro chegaram ao conhecimento dos Cristãos, embora estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados da sua liberdade e da posse das suas coisas, nem disso devem ser privados; pelo contrário, livre e licitamente podem usar, usufruir e gozar dessa mesma liberdade e posse, e não devem ser reduzidos à escravidão.”

Atualmente não se usa mais a palavra índio. O termo 'índio' carrega ideias ultrapassadas e genéricas e não abrange a diversidade que existe entre os povos originários. "A palavra 'indígena' diz muito mais a nosso respeito do que a palavra 'índio'. Indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros", explica Daniel Munduruku, escritor indígena, doutor em educação pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em Linguística, em entrevista à BBC News Brasil. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/indio-ou-indigena-entenda-a-diferenca-entre-os-dois-termos.ghtml>



No entanto, essa orientação eclesiástica não dirimiu a dúvida sobre a condição intelectual dos seres não-ocidentais. E se havia dúvida em relação à capacidade de os africanos ou indígenas serem ou não humanos, a escravização foi a lógica empreendida pelos colonizadores para satisfazerem suas necessidades “psicológicas e comerciais” (Ramose, 2011). Para o filósofo, entre as principais consequências dessa colonização está o epistemicídio:

Os conquistadores da África durante as injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir filosofia. Eles fizeram isto cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados (Ramose, 2011, p. 09).

Ramose (2011) chama a atenção para o fato de que a reivindicação, por parte dos europeus, da posse do conhecimento implica trazer para si o domínio sobre o destino do outro, anulando-o enquanto ser dotado da capacidade de raciocinar, de construir conhecimento, desumanizando-o. A filosofia teve, portanto, um relevante papel na sustentação do argumento para a escravização do povo negro e indígena: se não são humanos, podemos dominá-los.

As estratégias de dominação serviram muito bem ao propósito de aniquilamento da natureza do ser dos povos colonizados, destruindo suas tradições, “seus modos de ver, de sentir, de fazer as coisas, modos de vida” (Santos, 2023, p. 23). O líder quilombola Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nego Bispo, recusando o título de intelectual e se colocando como um relator de saberes, analisa o pensamento dos colonialistas e revela em seu livro *A terra dá, a terra quer* sua cosmopercepção sobre o processo de colonização e seus métodos para manter a hegemonia:

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-se de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta

(Santos, 2023, p. 12)

Crítico contumaz do colonialismo, Nego Bispo propõe a contracolônização, conceito criado por ele como forma de resistência a esse sistema de opressão e dominação. E uma das ações contracolônialistas apresentadas por esse mestre do saber é a manutenção viva da memória, dos saberes e fazeres das populações negra e indígena para as novas gerações a fim de que elas conheçam as outras histórias sobre seu povo e se potencializem contra o pensamento colonialista.

“[...]Nós somos o começo, o meio e o começo.

Existiremos sempre,

sorrindo nas tristezas

para festejar a vinda das alegrias.

Nossas trajetórias nos movem,

Nossa ancestralidade nos guia.”

(Nego Bispo)





Durante o processo de colonização, a ciência contribuiu sobremaneira para tentar provar a sub-humanidade da população negra. Nesse mesmo caminho de análise, está a professora e escritora Bárbara Carine em seu livro *Como ser um educador antirracista*, no qual destaca que “A ciência e a filosofia foram fortes aliadas nesse processo [mercantilismo escravagista] (Pinheiro, 2023, p. 37). Para a autora, a ciência criou o conceito de raça com o intuito de hierarquizar os seres humanos, institucionalizando a supremacia branca; e a filosofia, por sua vez, veio endossar essa hierarquização, instituindo a dúvida sobre a capacidade dos negros em produzir conhecimento, reforçando, assim, o racismo epistêmico.

Nesse sentido, as ciências biomédicas desumanizaram, fundamentalmente, pelo atributo do intelecto, as pessoas negras - uma vez que no constructo ocidental a definição de humano está associada à sua racionalidade, e a própria ciência nos destitui dela.

(Pinheiro, 2023, p. 38)

Bárbara Carine Soares Pinheiro (Salvador, 1987), conhecida no instagram pelo seu perfil @uma_intelectual_diferentona. É escritora, palestrante e professora efetiva da Universidade Federal da Bahia. É graduada em filosofia e em química, e tem mestrado e doutorado em ensino de química pela Universidade Federal da Bahia. Bárbara Carine foi finalista do Prêmio Jabuti por dois anos seguidos e recebeu o Prêmio Maria Felipa, da Câmara Municipal de Salvador, em 2021.



FALAR EM **CIÊNCIA** É FALAR EM **PODER**

A **DIVISÃO COLONIAL E GEOPOLÍTICA** DO CONHECIMENTO
POSTULA A CIÊNCIA COMO VERDADE ÚNICA E APLICA A
VIOLÊNCIA EPISTÊMICA CONTRA MODOS DE VIDA-PENSAMENTO
NÃO EUROCENTRADOS, COMO É O CASO DOS POVOS AMERÍNDIOS
E AFRODIASPÓRICOS.

DESCOLONIZAR AS INSTITUIÇÕES DE PRODUÇÃO E
DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO PASSA PELO
COMPROMISSO DE REMODELAR OS PROTOCOLOS DESSES
ESPAÇOS.

Algumas formas de violência
epistêmica contra os povos
originários:

Inferiorizar os
conhecimentos
indígenas em
categorias como
'superstição',
'primitivismo' e
'folclore'.

Explorar as suas
cosmologias em
trabalhos
acadêmicos sem
devolução para as
comunidades
indígenas.

Apagar a
contribuição
intelectual de
povos indígenas
na construção de
conhecimentos
importantes para
a vida coletiva.

REPENSE!
REPENSE!



Falar, hoje, portanto, da história da Filosofia Africana, reconhecendo a diáspora negra como parte dessa filosofia, é reconstruir a história da África a partir da perspectiva dos povos do continente africano. É reconhecer a existência de outras filosofias, outros conhecimentos que não sejam somente dos ocidentais. Essa luta contra a aniquilação dos saberes e pelo reconhecimento das epistemologias africanas nunca deixou de existir. Nessa relação de poder e hegemonia europeia, Ramose (2011) afirma que os africanos sempre se mantiveram resistentes, lutando contra o domínio do pensamento dos povos colonizados e a consequente violência colonialista que leva à morte “lenta ou imediata”, e trazendo como uma obrigação moral o reconhecimento da legítima necessidade de continuar a ser.

O reconhecimento não é uma mera questão de cortesia. Ele é a realização filosófica da pluriversalidade do ser. Deste modo, o diálogo pertence ao mais íntimo significado da palavra filosofia. Ele é a obrigação moral e científica de reconhecer a existência de filosofias que não sejam a nossa própria. Ele é o convite para estudar outras filosofias (Ramose, 2011, p.13).

Do texto ao vídeo

Ciência e Racismo

Convidamos você a assistir a um trecho da entrevista com a filósofa Sueli Carneiro sobre o Epistemicídio e suas consequências para a Ciência, publicado pelo Instituto Serrapilheira, disponível na plataforma do Youtube. Link: <https://youtu.be/gBYk4ePmS6s>

A filósofa Sueli Carneiro, em sua tese de doutorado A construção do outro como não-ser como fundamento do ser, retoma o conceito de epistemicídio, acrescentando que este tem como objetivo o controle das produções intelectuais, disciplinando, anulando ou matando a capacidade de produção e reprodução de saberes, de cultura, de ciência do Outro considerado diferente ou inferior, reduzindo, assim, o horizonte de possibilidades de conhecimentos para a humanidade (Carneiro, 2005).

Epistemicídio é fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade. (Carneiro, 2005, p. 98)

A professora Katiúcia Ribeiro, doutora em Filosofia Africana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), destaca, em entrevista ao Jornal Sul21, que na raiz do racismo encontra-se o “apagamento dos conhecimentos e saberes produzidos pelos povos africanos ao longo da história”; e o processo de resgate desses conhecimentos, dessas memórias possibilita o reconhecimento do povo negro como sujeito de sua história e sujeito na construção da História e cultura do mundo.

Além disso, a filósofa Katiúcia Ribeiro destaca que boa parte dos alunos que entraram por meio de cotas raciais nas universidades investigaram temas sobre a negritude, buscando entender a própria história e resolver os problemas que afligem o povo negro e indígena. As ações afirmativas, como as cotas e bolsas de estudo, foram importantes conquistas dos Movimentos Negro e Indígena como forma de reparação histórica de séculos de discriminação, ampliando o acesso desses segmentos aos espaços de educação e possibilitando mais equidade de oportunidades no âmbito social, econômico e político.

Um currículo escolar majoritariamente ocidentalizado, embranquecido, que aborda conhecimentos dos mais variados componentes curriculares a partir apenas da visão ocidental reforça o estigma de que povos fora do eixo eurocêntrico não produzem conhecimento, estabelecendo para esses povos uma condição não humana de existência, ou seja, a desumanização. O epistemicídio está, portanto, na base do racismo, alicerçando a invisibilidade dos conhecimentos dessas populações marginalizadas dentro da estrutura organizacional da educação formal. Vale destacar que, não por acaso, foi preciso a força da Lei 10.639/03, reformulada em 2008 com a Lei 11.645, frutos da luta dos movimentos negro e indígena, para garantir a obrigatoriedade dos estudos da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas nas escolas.





“Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la.”

Djamila Ribeiro é mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo, coordenadora da Feminismos Plurais, é autora dos livros “Lugar de Fala”, “Quem tem medo do Feminismo Negro?”, “Pequeno manual antirracista” e “Cartas para minha avó”, com traduções para três idiomas. É também professora convidada do departamento de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora convidada da University of Mainz (Alemanha). É imortal da cadeira nº 28 da Academia Paulista de Letras. Foi laureada pelo Prêmio Prince Claus de 2019, concedido pelo Reino dos Países Baixos e considerada pela BBC como uma das 100 mulheres mais influentes do mundo. Em 2020, ganhou o Prêmio Jabuti, pelo livro “Pequeno Manual Antirracista”. Em 2021, foi a primeira pessoa brasileira da história a ser homenageada pelo BET Awards, concedido pela comunidade negra estadunidense. Em 2023 recebeu o Prêmio Franco-Alemão de Direitos Humanos.

Fonte: [Biografia - Djamila Ribeiro](#)

Hierarquia racial também se aprende na escola

A ideia de hierarquia racial também é aprendida na escola a partir de um ensino totalmente eurocêntrico. Quando o estudante só tem acesso a conteúdos sobre Grécia, Itália, França, por exemplo, ele aprenderá que conhecimentos e autores africanos e indígenas são menos importantes ou que nem sequer existem. E, nesse processo de hierarquização racial do conhecimento, o racismo vai se perpetuando.

“Por anos, me senti invisível na sala de aula, como se não fizesse parte daquele lugar”

(Cida Bento, O Pacto da Branquitude).

Um caso emblemático de racismo reforçado pelo sistema educacional ocorreu com um dos maiores escritores da nossa história: Machado de Assis, autor negro, neto de africanos alforriados, sofreu, ao longo de décadas, um processo de embranquecimento de sua imagem. Após sua morte, com a ampla divulgação de suas obras, ainda no início do século XX, Machado de Assis passou a ser representado nos mais variados veículos de comunicação como uma pessoa branca. E nos materiais didáticos não foi diferente. Ou seja, em razão do racismo institucional, que desconsidera o papel fundamental dos afro-brasileiros na construção da nossa arte literária, um dos mais brilhantes representantes da literatura brasileira foi visto como branco por várias gerações de estudantes do nosso país.

A primeira vez que o escritor teve sua figura apresentada como realmente era, “sem retoques”, como ficou conhecida a imagem, foi em 1957, pelo escritor Raymundo Magalhães Jr. A fotografia havia sido publicada em uma revista na Argentina. A polêmica referente à cor de Machado de Assis, ainda assim, foi abafada por anos e retomada em 2019 com a Campanha “Machado de Assis Real” da Universidade Zumbi dos Palmares. A fisionomia do escritor foi, então, recriada para ser substituída na mídia e nos materiais pedagógicos.



Leia o texto de divulgação da campanha da Universidade Zumbi de Palmares na íntegra:

Machado de Assis. O maior nome da história da literatura brasileira. Jornalista, contista, cronista, romancista, poeta, teatrólogo. E o que poucos sabem: negro. O racismo no Brasil escondeu quem ele era por séculos. Sua foto oficial, reproduzida até hoje, muda a cor da sua pele, distorce seus traços e rejeita sua verdadeira origem. Machado de Assis foi embranquecido para ser reconhecido. Infelizmente.

Um absurdo que mancha a história do país. Uma injustiça que fere a comunidade negra. Já passou da hora de esse erro ser corrigido. No mês do Dia Mundial do Livro e do Direito do Autor, finalmente, será. Uma foto do Machado de Assis real está disponível aqui no site, para ser colada sobre a foto antiga, preconceituosa.

Uma errata histórica feita para impedir que o racismo na literatura seja perpetuado. Para encorajar novos escritores negros. Para dar a chance de a sociedade se retratar com o maior autor do Brasil. E para que todas as gerações reconheçam a pessoa genial e negra que ele foi.

Que cada estante deste país possa ter um livro de Machado de Assis corrigido. A história agradece.

Outro exemplo acerca do resultado do processo de branqueamento do autor Machado de Assis ocorreu durante a comemoração dos 150 anos da Caixa Econômica Federal. O banco lançou um comercial com um ator branco interpretando o escritor Machado de Assis. A campanha gerou grande polêmica e sofreu várias críticas do movimento negro e denúncias ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária - Conar. Na ocasião, o presidente do banco se desculpou com toda a população brasileira por não ter apresentado o escritor como realmente era. O banco decidiu tirar do ar a propaganda e relançou, então, outro comercial com um ator negro. O vídeo a seguir mostra os dois comerciais produzidos pela Caixa Econômica Federal. Link: <https://youtu.be/idaAFaYXnAM>

Os ambientes educacionais têm hoje um papel fundamental na luta contra a destruição e pelo resgate do conhecimento produzido por negros e indígenas. É papel da educação falar do reconhecimento e reprodução de saberes que foram, ao longo de séculos, deslegitimados, desqualificados ou excluídos como formas de conhecimento. As escolas, universidades, institutos de pesquisa foram, durante séculos, determinantes para a manutenção do processo de silenciamento e morte dos saberes e fazeres das pessoas não brancas. Não por acaso, são nesses ambientes educacionais onde ainda se percebem os maiores índices de casos de racismo.

Ambiente escolar é o mais citado por brasileiros entre os locais onde já sofreram o racismo, diz pesquisa

'A escola é um microcosmo que reproduz o ambiente em que vivemos na sociedade como um todo', afirma Ana Paula Brandão, gestora e pesquisadora do Seta.

Por g1

15/08/2023 09h04 - Atualizado há 5 meses

Segundo a pesquisa Percepções sobre o Racismo no Brasil, realizada pelo Instituto de Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica - IPEC, por iniciativa do Instituto de Referência Negra - PEREGUM - e pelo Projeto Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista (SETA), das duas mil pessoas ouvidas, 38% já sofreram racismo em escola/faculdade/universidade, maior porcentagem da pesquisa, ficando à frente de casos de racismo em espaços públicos (ruas, praças, parques, etc), 28%, e dos 18% em espaços comerciais (supermercado, lojas, shopping, etc).

A escola é um microcosmo que reproduz o ambiente em que vivemos na sociedade como um todo. Tudo que acontece lá [na escola], acontece cá [no resto da sociedade], de uma forma muito reprodutora das relações complexas.

— Ana Paula Brandão, gestora do Projeto SETA.

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/15/ambiente-escolar-e-o-racismo-lado-por-brasil-e-em-locas-onde-se-soterram-o-racismo-da-pesquisa-g1.html>

Nessa mesma pesquisa, ao questionarem sobre história e cultura africana, história e cultura afro-brasileira, história e cultura indígena e racismo no ambiente escolar, mais da metade das pessoas entrevistadas, de todos os níveis educacionais, que responderam ter estudado esses temas na escola, consideram que a forma como esses temas foram abordados na escola é pouco ou nada adequada. Esses dados chamam a atenção para a importância de se concentrar esforços para que as Leis 10.639/03 e 11.645/08 sejam efetivamente colocadas em prática a fim de eliminar o racismo nesses espaços educacionais.

Casal denuncia racismo em escola de Osasco: 'Meu filho ficava isolado'

As denúncias feitas pelo casal envolvem ainda a omissão de uma professora dentro da sala de aula com relação a bullying, exclusão por parte dos alunos e da responsável durante brincadeiras e atividades coletivas e pedagógicas O post Casal denuncia racismo em escola de Osasco: 'Meu filho ficava isolado' apareceu primeiro em AlmaPreta.

Por: Patricia Santos

13 nov 2023 - 10h13

Compartilhar

Exibir comentários



HOME CARREIRA E NEGÓCIOS ÚLTIMAS NOTÍCIAS MINHA HISTÓRIA PROFISSIONAL

POWERLIST 2022 PROJETOS - PUBLICIDADE - PARCERIAS QUEM SOMOS FALE CONOSCO

Home > Artigos > A necessidade urgente de combater o racismo nas escolas

A necessidade urgente de combater o racismo nas escolas

Débora Simões - 3 de fevereiro de 2024

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO

Caso de racismo em escola pública no DF aponta para necessidade de ações antirracistas, observam especialistas

Professora foi afastada após dizer a aluno que ele era "preto, pobre e feio"; caso aconteceu em escola de Ceilândia

Valmir Araújo
Brasil de Fato | Brasília (DF) | 25 de outubro de 2023 às 13:02

MENU

DIÁRIO DO GRANDE ABC

Sexta-Feira, 9 de Fevereiro de 2024

top10 setecidades economia política esportes nacional cultura&lazer diarinho colunas

Pela quarta vez, aluno sofre racismo em escola de São Caetano

Caso aconteceu na unidade municipal Ângelo Raphael Pellegrino; pais registraram boletim de ocorrência e pretendem processar a instituição por negligência

Por Thainá Lana

04/10/2023 | 17:05

CartaCapital

EDIÇÃO DA SEMANA

Pais denunciam racismo sofrido por filho em escola de Osasco

Segundo Fernando e Aline Gabriel, criança de 7 anos vem sofrendo isolamento e racismo estrutural na instituição

EDUCAÇÃO

Mais de 70% dos jovens de 14 a 29 anos que abandonam a escola são pretos ou pardos

Na faixa etária, mais de 10 milhões de jovens abandonaram os estudos, segundo dados da PNAD Contínua 2019, do IBGE

POR CARTACAPITAL

15.07.2020 14H59 | ATUALIZADO HÁ 3 ANOS



A lei 10.639/03 completa 21 anos, e a lei 11.645/08, 16 anos, e especificam os temas que devem ser, obrigatoriamente, estudados em aula e em todos os componentes curriculares ao longo do ano:

- História da África, dos africanos, dos afro-brasileiros e dos indígenas;
- A luta e a cultura dos negros e indígenas no Brasil;
- Os negros e indígenas na formação da sociedade brasileira.

Importante destacar que o cumprimento dessas leis beneficia toda a sociedade e não apenas os não-brancos, uma vez que possibilita a todos ampliar o conhecimento acerca das mais variadas raízes étnico-raciais, estabelecendo um diálogo a partir dessas multiplicidades culturais e ressignificando o processo educacional.

Sobre essa ressignificação do ensino e para concluirmos esse módulo, convidamos você a assistir a dois vídeos: o primeiro, produzido pelo Instituto Alana, mostra o quanto as crianças de hoje e as do tempo do seu avô aprenderam sobre a África e os afro-brasileiros, destacando a importância da lei 10.639/03; já no segundo, produzido pelo Canal Debate-40, o escritor, professor e ativista indígena Daniel Munduruku fala sobre como colocar em prática a lei 11.645/08.

Manifesto por uma educação antirracista: Pesquisa Lei 10.639/03. Link: <https://youtu.be/IL1LDax45Jo?si=WDowpAzabBI8MKP-> 

Debate-40 - Lei 11.645/08: Livros , Pensamentos - com Daniel Munduruku. Link: https://youtu.be/ZaMUFVXARkU?si=47tLle6d_gRrsBbh 



Referências

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

COSTA, Juliana. Corpo-África. In: RIBEIRO, Esmeralda; Barbosa, Márcio (Org.). **Cadernos Negros 39: poemas afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje, 2016, p. 194.

INSTITUTO SERRAPILHEIRA. **Sueli Carneiro: Ciência e racismo**. Youtube, 21 de março de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gBYk4ePmS6s>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

KAMBEBBA, Márcia Wayna. **Poemas e crônicas: Ay Kakyri Tama = Eu moro na cidade-** Manaus: Grafisa Gráfica e Editora, 2013.

NGANGA, João Gabriel do Nascimento. **Percepções sobre o Racismo no Brasil**. PEREGUM – Instituto de Referência Negra; Projeto SETA - Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista. Coleta, organização e cruzamento de dados: IPEC – Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica, 2023. Disponível em <<https://projetoseta.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Sumario-Executivo-Percepcoes-sobre-o-Racismo-no-Brasil.pdf>>

PONTES, Katiúscia Ribeiro. **Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kati%C3%B4scia_ribeiro_-_dissertac%C3%A7%C3%A3o_final.pdf>

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2023.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. **Ensaio Filosófico**, Volume IV, out. 2011. Disponível em: https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acesso em: 25 de março de 2024.

SANTOS, Boaventura de. **La Globalización del derecho: Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. 1º Ed. Bogotá D.C.: Facultad de Derecho - Ciencias Políticas y sociales. Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ISLA). 1998.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013. [versão kindle].

FICHA TÉCNICA

Governador do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande
Vice- Governador do Estado do Espírito Santo
Ricardo Ferraço
Secretário de Estado da Educação
Vitor Amorim de Angelo
Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional
Andréa Guzzo Pereira
Subsecretário de Estado de Planejamento e Avaliação
Marcelo Lema Del Rio Martins
Subsecretário de Estado de Suporte à Educação
André Melloti Rocha
Subsecretária de Estado de Administração e Finanças
Josivaldo Barreto de Andrade
Subsecretária de Estado de Articulação Educacional
Darcila Aparecida da Silva Castro

Gerência de Estudos, Pesquisa, Qualificação e Desenvolvimento dos Profissionais do Magistério - Cefope/Geped

Karoliny Mendes da Costa (Gerente)
Gerência Qualificação Profissional - Cefope/Gepro
Bianca Silva Santana (Gerente)
Concepção gráfica do Ambiente Virtual de Aprendizagem
Hernany Roberto Matos (Designer Gráfico - Cefope/Gepro)
Equipe de Tecnologia
Leonardo Cruz de Andrade (Técnico Pedagógico Cefope/Gepro)
Almir Carletti Neto (Assessor de Tecnologia)
Gustavo Pereira da Silva Nascimento (Assessor de Tecnologia)
Felipe Becalli Trindade (Estagiário)
Coordenação da Formação - Gepro/Cefope
Regina Maria Graça de Farias (Técnica pedagógica - Cefope/Geped)

Edição e Revisão

Carolina Laura de Almeida (Técnica pedagógica Cefope/Geped)

Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola – Geaciq

Aline de Freitas Dias (Gerente)
Kelly Cristina Soares Lima (Coordenadora da Ceafro)

Professores conteudistas:

Ana Paula Azevedo Moura Careta (Técnica pedagógica – Geaciq)
Juliana Romano (Técnica pedagógica – Geaciq)
Kelly Cristina Soares Lima (Coordenadora da Ceafro)
Monique Santiago de Carvalho (Técnica pedagógica – Geaciq)
Márcia Helena do Nascimento (Técnica pedagógica – Geaciq)
Luanne Lima Ferreira (Técnica pedagógica – Geaciq)

Revisão textual:

Jorge Vinícius Monteiro Vianna (Técnico pedagógica – Geaciq)
Márcia Helena do Nascimento (Técnica pedagógica – Geaciq)